

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE LINGÜÍSTICA, LÍNGUAS CLÁSSICAS E VERNÁCULA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA

CLAUDIA GOMES PAIVA

**UMA VIAGEM PELO DISCURSO PARLAMENTAR:
gênero discursivo por desvendar**

Brasília
2006

CLAUDIA GOMES PAIVA

**UMA VIAGEM PELO DISCURSO PARLAMENTAR:
gênero discursivo por desvendar**

Dissertação submetida ao Departamento de
Linguística, Línguas Clássicas e Vernácula
como parte dos requisitos para obtenção do
Grau de Mestre em Linguística pela
Universidade de Brasília.

Profa. Doutora Josenia Antunes Vieira
Orientadora

Brasília
2006

Paiva, Claudia Gomes.

Uma viagem pelo discurso parlamentar: gênero discursivo por desvendar / Claudia Gomes Paiva.
— Brasília: UnB, 2006.

122 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Departamento de Lingüística, Línguas Clássicas e Vernácula,
Universidade de Brasília (UnB), 2006.

Orientadora — Profa. Doutora Josenia Antunes Vieira.

1. Discurso político, análise 2. Redação parlamentar I. Vieira, Josenia Antunes II. Título III.
Título: Gênero discursivo por desvendar.

CDU 82.085

ÍNDICE SISTEMÁTICO

82.085	Discurso político : Análise
32.019.5(81)	Discurso político : Brasil
340.134	Redação parlamentar

CLAUDIA GOMES PAIVA

**UMA VIAGEM PELO DISCURSO PARLAMENTAR:
gênero discursivo por desvendar**

Dissertação submetida ao Departamento de Lingüística, Línguas Clássicas e Vernácula como parte dos requisitos para obtenção do Grau de Mestre em Lingüística pela Universidade de Brasília.

Profa. Doutora Josenia Antunes Vieira
Orientadora

Aprovada em 25 de maio de 2006.

Banca Examinadora:

Profa. Doutora Josenia Antunes Vieira
Orientadora (UnB)

Profa. Doutora Denise de Aragão Costa Martins
Membro (UnB)

Profa. Doutora Maria Christina Diniz Leal
Membro (UnB)

Profa. Doutora Denize Elena Garcia da Silva
Membro Suplente (UnB)

A El-Roí, o Deus que tudo vê, que a mim dispensa misericórdia, por não me tratar como mereço, e graça, quando me confere o que não mereço.

A Bárbara e Virgínia, minhas pérolas, que de vez em quando me perguntam por que eu estudo tanto; e, mesmo assim, continuam me amando...

A linguagem é uma parte indispensável da vida social, a cujos outros elementos está dialeticamente interconectada, de modo que a análise e a pesquisa sociais sempre têm que levá-la em consideração.

Norman Fairclough

A língua penetra na vida através dos enunciados concretos que a realizam, e é também através dos enunciados concretos que a vida penetra na língua.

Mikhail Bakhtin

AGRADECIMENTOS

Ao Deus Criador, que me fortaleceu em cada um dos obstáculos desta trajetória.

À Professora Josenia Antunes Vieira, pelas orientações ministradas, para a dissertação e para a vida.

Aos colegas e amigos, Consultor Legislativo Edmílson Caminha e Mestre Harrison da Rocha, que se debruçaram sobre os originais deste trabalho.

Aos Senhores Dr. Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida, Diretor-Geral da Câmara dos Deputados; Dr. Fábio Rodrigues Pereira, Diretor de Recursos Humanos; Dr. Afrísio Vieira Lima Filho, Diretor Legislativo; e Dr. Ricardo José Pereira Rodrigues, Diretor da Consultoria Legislativa, que em mim depositaram confiança quando abracei o Mestrado.

Aos Colegas da UnB, que muito me ensinaram com sua experiência, especialmente Elda Alves Oliveira Ivo e Luciana Ferreira Pinto da Silva, pelas palavras sempre encorajadoras.

Aos Colegas da Área de Redação e Discurso Parlamentar da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, que absorveram minha atípica situação de trabalho durante meu mergulho no Mestrado.

À minha irmã, a bibliotecária Luzimar Gomes de Paiva, pelo habitual e indispensável suporte quanto aos princípios de normalização.

Aos queridos familiares e amigos, que compreenderam minhas ausências.

RESUMO

Na Câmara dos Deputados, uma das Casas integrantes do Poder Legislativo brasileiro, os debates que ali se instalam são a alma mesma do processo legislativo. Nesse contexto, insere-se a pesquisa aqui proposta: a aproximação do discurso parlamentar na Câmara dos Deputados brasileira, principalmente sob a ótica da Análise de Discurso Crítica (ADC), dentro da Teoria Social do Discurso, sem prejuízo do aporte de conceitos basilares afetos a outros quadros interdisciplinares pertinentes.

Os pressupostos teóricos utilizados foram, para a Análise de Discurso Crítica, Fairclough (1989, 1992, 1995a, 1995b, 2000, 2003); para Gêneros Discursivos, Bakhtin (1986, 2003), Swales (1990) e Bazerman (2005); para a Ideologia, Fairclough (1992), Bourdieu (1996), Eagleton (1997) e Thompson (2002); para a Argumentação, Monteiro (2003), Maneli (2004), Paiva (2004) e Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005); e para a Lingüística do Texto, Koch (2002, 2004).

A pesquisa segue a metodologia qualitativa, portanto, de cunho interpretativo, considerando-se o conteúdo, a organização e a função social do texto (Fairclough, 1989; Cameron *et al.*, 1992; Pedro, 1997; Chouliaraki & Fairclough, 1999; Bauer & Gaskell, 2004; Flick, 2004).

Mediante a análise de dois discursos parlamentares – um retirado de Paiva (2004) e outro da página eletrônica da Câmara dos Deputados (2006) –, pretende-se apontar os fatores múltiplos e interpenetrantes, como os elementos lingüísticos, discursivos e interacionais, que embasam o gênero discursivo, bem como empreender a indispensável especulação acerca das representações ideológicas nele inseridas.

Por fim, considerando que a realidade molda a língua e é por ela moldada – numa sintética percepção do vínculo dialético que indissocia o sistema lingüístico do ambiente social –, tem-se que a tessitura do discurso parlamentar submete-se não apenas às escolhas do orador, mas também às funções sociais da língua.

PALAVRAS-CHAVE: discurso parlamentar; Análise de Discurso Crítica (ADC); gênero discursivo; ideologia; argumentação; Lingüística do Texto.

ABSTRACT

At the Chamber of Deputies, one of the Houses of the Brazilian Legislative Power, the debates that take place there constitute the proper soul of the legislative process. This context introduces the research proposed here: the approximation of the parliamentary discourse in the Brazilian Chamber of Deputies, mainly under the glance of the Critical Discourse Analysis (CDA), within the Social Theory of Discourse, received the basic concepts submitted to other pertinent interdisciplinary theories.

The theoreticians adopted were, for Critical Discourse Analysis, Fairclough (1989, 1992, 1995a, 1995b, 2000, 2003); for Discursive Genres, Bakhtin (1986, 2003), Swales (1990) e Bazerman (2005); for Ideology, Fairclough (1992), Bourdieu (1996), Eagleton (1997) and Thompson (2002); for Argumentation, Monteiro (2003), Maneli (2004), Paiva (2004) and Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005); and for Textual Linguistics, Koch (2002, 2004).

The research follows the qualitative methodology, therefore, in an interpretative character, taking into account the content, the organization and the social function of the text (Fairclough, 1989; Cameron *et al.*, 1992; Pedro, 1997; Chouliaraki & Fairclough, 1999; Bauer & Gaskell, 2004; Flick, 2004).

Through the analysis of two parliamentary discourses – one taken from Paiva (2004) and the other from the website of Chamber of Deputies (2006) –, this research intends to point out the multiple and interpenetrating factors, like the linguistic, discursive and interactional elements, which embase that discursive

genre, as with as to attempt the essential especulation about the ideological representations inserted there.

Finally, as real life shapes language and is, at the same time, shaped by it – in just tracing a synthetic perception of the dialectic entailment which indissociates the linguistic system from the social environment –, the texturing of the parliamentary discourse submits itself not only to the choices of the orator, but also to the social functions of the language.

KEY WORDS: parliamentary discourse; Critical Discourse Analysis (CDA); discursive genre; ideology; argumentation; Textual Linguistics.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1– ENQUADRAMENTO GENÉRICO DAS ATIVIDADES SOCIAIS (COM BASE EM BAZERMAN, 2005)

FIGURA 2– CÂMARA DOS DEPUTADOS - PROPOSTA DE ENQUADRAMENTO GENÉRICO DAS ATIVIDADES SOCIAIS (COM BASE EM BAZERMAN, 2005)

FIGURA 3 – INTER-RELACIONAMENTO DE CAMPOS LEXICAIS NO DISC1

FIGURA 4 – INTER-RELACIONAMENTO DE CAMPOS LEXICAIS NO DISC2

LISTA DE QUADROS

**QUADRO 1 – REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS:
SUBDIVISÃO TEMÁTICA**

QUADRO 2 – CONLE: NÚCLEOS E ÁREAS TEMÁTICAS

QUADRO 3 – QUADRO COMPARATIVO: FAIRCLOUGH (2000 E 2003)

QUADRO 4 – IDEOLOGIA (DEFINIÇÕES EM EAGLETON, 1997)

QUADRO 5 – MODOS DE OPERAÇÃO DA IDEOLOGIA (THOMPSON, 2002)

QUADRO 6 – NOVA RETÓRICA (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 2005)

QUADRO 7 – ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA – MODELO (FAIRCLOUGH, 1989)

S U M Á R I O

Embarque: INTRODUÇÃO	15
Primeira Estação: CÂMARA DOS DEPUTADOS – PANORAMA SÓCIO-HISTÓRICO	
1.1 BREVE HISTÓRICO E PRINCIPAIS DISPOSIÇÕES VIGENTES	21
1.2 AS MATÉRIAS LEGISLATIVAS	26
1.3 PRÁXIS DO DISCURSO PARLAMENTAR	28
1.4 O ASSESSORAMENTO INSTITUCIONAL	30
Segunda Estação: MEMORIAL TEÓRICO	
2.1 CELEBRANDO OS COMPANHEIROS DE VIAGEM...	37
2.2 ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA (ADC)	38
2.3 GÊNEROS DISCURSIVOS	46
2.4 IDEOLOGIA	52
2.5 ARGUMENTAÇÃO E LINGÜÍSTICA TEXTUAL	57
Terceira Estação: MAPA METODOLÓGICO	
3.1 REPASSANDO O ROTEIRO...	66
3.2 ADC: OS SIGNIFICADOS EM FAIRCLOUGH (2003)	74
3.3 CONFIGURAÇÃO GENÉRICA	78
3.4 IDEOLOGIA: MODOS E MARCAS	79
3.5 CATEGORIZAÇÃO ARGUMENTATIVA E TEXTUAL	80
Quarta Estação: ENSAIO ANALÍTICO	
4.1 CONFRONTANDO EXPECTATIVAS E REALIDADE...	84
4.2 POR UMA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA	88
4.2.1 Intertextualidade em ação	88
4.2.2 Interdiscursividade representada	90
4.2.3 Identificando a modalidade	95
4.3 ENQUADRAMENTO COMO GÊNERO DISCURSIVO	98
4.4 ESTRATÉGIAS TÍPICAS DE CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA DA IDEOLOGIA	102
4.4.1 Universalização	102
4.4.2 Padronização	104
4.4.3 Expurgo do outro	105
4.5 ADESÃO E INTERPENETRAÇÃO LEXICAL	107
4.5.1 O “contato dos espíritos”	107
4.5.2 O inter-relacionamento de campos lexicais	109
Desembarque: CONCLUSÃO	114
Franquia de Bagagem: REFERÊNCIAS	118

Embarque: INTRODUÇÃO

Vogt (1989, p. 77), ao analisar uma entrevista concedida por Joseph Stalin em 1950, intitulada “A propósito do marxismo em lingüística”, destaca o caráter instrumental da língua ali defendido, já que, para o ditador, ela não se distingue dos meios de produção e tem como fundo essencial – como formas de poder centralizante – o léxico e a gramática. Embora até reconhecesse nas relações sociais mudanças a reboque das transformações sociais, Stalin acreditava que a língua permaneceria em sua neutralidade, como simples mediadora do processo comunicativo.

À estranheza porventura causada por suscitar aqui o pensamento de uma figura estranha à área das pesquisas em linguagem, deve-se contrapor a curiosidade acerca do real interesse de Stalin por esses assuntos.

Recorrendo a Vogt (1989, p. 83), deve-se destacar que se trata de um dirigente político no auge do poder de um Estado autoritário de então. E, mais importante, no momento sócio-histórico da entrevista, travavam-se intensos debates lingüísticos em torno de uma nova proposta de teoria da linguagem, debates esses que abriam espaço para concepções lingüísticas de adversários, reveladoras de “ameaças de um certo anarquismo político”:

Daí a defesa de uma supra-sociedade comunicante e por isso obedientemente produtiva, capaz de superar as diferenças que caracterizam uma sociedade real e de encontrar na língua a região ideológica privilegiada da neutralidade, que poderá fazer da linguagem uma simples alegoria do Estado todo-poderoso.

Assim, tem-se acertadamente a linguagem como elemento indissociável na compreensão das questões sociais. De outra sorte, não se justificaria a intervenção de

uma autoridade política máxima no que se poderia ingenuamente tratar como meras discussões acadêmicas.

Por sua vez, ainda quanto à língua, Jacob Mey (1985, p. 219) busca esclarecer como é possível que, para a compreensão, na maioria das vezes, não se recorra à interpretação literal das expressões empregadas. Como resposta, propõe que a força de qualquer ato discursivo vem não somente de sua construção léxico-semântica, mas também da situação em que ele é apropriadamente enunciado.

É preciso, pois, avançar para além das categorizações e considerar a efetiva contextualização do uso da linguagem, seu lugar nas relações sociais. No dizer de Vogt (1989, p. 86):

O contínuo processo de interação social que, deste modo, está efetivamente na base de todo processo de interação verbal impede que a significação lingüística se exponha como mera identidade lógica e formal de sinais, e faz com que se apresente como um signo cujo entendimento está não em reconhecer-lhe a identidade mas em compreender-lhe a novidade.

De outro ângulo, Pierre Bourdieu (1996, p. 89), contrapondo-se ao conceito austiniiano de força ilocucionária das palavras, aponta o equívoco de nelas próprias buscar seu poder, pois que aí ele não se encontra, uma vez que a autoridade de que se reveste a língua vem de instâncias extrínsecas, quais sejam disposições socialmente moldadas. Dos rituais sociais é que se deve extrair as propriedades do discurso, as de quem o enuncia e as da instituição autorizadora, pelo que Bourdieu advoga a existência de uma retórica peculiar aos discursos institucionais:

O porta-voz autorizado consegue agir com palavras em relação a outros agentes e, por meio de seu trabalho, agir sobre as próprias coisas, na medida em que sua fala concentra o capital simbólico acumulado pelo grupo que lhe conferiu o mandato e do qual ele é, por assim dizer, o procurador.

Nesse contexto, o autor segue defendendo que um discurso de autoridade pode implicar ou não a compreensão, todavia, não pode prescindir de reconhecimento, pois o uso válido impõe condições como o pronunciamento por pessoa autorizada, em situação legítima e nas formas também legítimas.

Embora, evidentemente, Bourdieu não tenha falado em “mandato” nem em “discurso” em referência específica ao tema do presente trabalho – o gênero discursivo discurso parlamentar proferido na Câmara dos Deputados brasileira –, da espinha dorsal por ele traçada podem ser tomados conceitos que muito bem se aplicam aos aspectos institucionais e sociais das condições de produção dos discursos proferidos naquela Casa legislativa, mesmo porque a análise empreendida por Bourdieu alcança o discurso político de modo amplo.

Em linhas gerais, um indivíduo, para tomar posse como deputado federal, deve obedecer ao rito de investidura na Câmara dos Deputados que requer, primeiramente, a comprovação de sua eleição, atestada por diploma emitido pela Justiça Eleitoral; o rito também pressupõe uma solenidade específica (reunião no Plenário da Casa, designação das autoridades que conduzirão os trabalhos, prestação de compromisso) (Regimento Interno da Câmara dos Deputados, arts. 3º e 4º, 2003, p. 22-24).

Desde o momento da posse, espera-se que o agora deputado comporte-se à altura do cargo que ocupa (a “pessoa autorizada” de Bourdieu), na Câmara, ante seus pares (“situação legítima”) – e também fora dela como seu representante legítimo –, comunicando-se pelos meios adequados (“formas legítimas”). Em contrapartida, a investidura de autoridade implica submissão aos limites impostos pela Câmara dos Deputados, que podemos colher, por exemplo, no Código de Ética e Decoro Parlamentar, em uma categorização extensiva do que Bourdieu chama de apelo para

“lembrar àqueles que poderiam esquecer (ou que preferissem se esquecer) o lugar que lhes confere a instituição” (BOURDIEU, 1996, p. 103).

Além disso, não se pode desprezar o fato de que, englobando o foro legítimo de atuação do deputado, tal reconhecimento não seria efetivo caso a própria instituição Câmara dos Deputados não fosse igualmente reconhecida como tal. Embora até lhes possa criticar o mérito, a sociedade brasileira reconhece a validade dos ritos ali praticados, conferindo-lhes um “voto de vassalagem”: “A crença de todos, preexistente ao ritual, é a condição de eficácia do ritual” (BOURDIEU, 1996, p. 105).

Eis a macrodescrição do lugar a ser visitado em minha proposta de “viagem” pelo discurso parlamentar afeto à Câmara dos Deputados, em que se objetiva descrever a sistematização daquela prática discursiva em relação à prática social de que faz parte. A parada em cada uma das estações previstas deverá propiciar informações que nos assegurem do cumprimento do roteiro traçado.

Assim é que, na primeira estação, será realizada uma descrição panorâmica de modo a contextualizar a própria instituição Câmara dos Deputados e, dentro de sua ordem discursiva, a atividade que envolve os discursos ali pronunciados, mediante o repassar das prescrições a que o rito é submetido.

Na segunda estação, haverá a apresentação de nossos companheiros de viagem, na verdade, meus mentores, que oferecerão concepções teóricas pelas quais é possível divisar, sob diferentes perspectivas, o mesmo objeto. Ali, veremos que a aproximação do discurso parlamentar se dará à luz, principalmente, da Teoria Social do Discurso, por meio da Análise de Discurso Crítica (ADC), com o suporte das teorias de gêneros discursivos e de ideologia, além de noções básicas da teoria da argumentação em sua inter-relação com a teoria do texto.

Na terceira estação, repassarei, em detalhe, os passos pelos quais nos acercaremos do meu objeto – mediante a análise de dois discursos parlamentares –,

de maneira que serão mapeadas as categorias analíticas eleitas em cada um dos enfoques teóricos há pouco referidos, em busca das respostas às questões motivadoras desta pesquisa, quais sejam:

- 1) é o discurso parlamentar uma prática discursiva eloqüente quanto a modos de agir, de representar e de ser?
- 2) qual a relevância do discurso parlamentar na ordem do discurso em que se insere?
- 3) de que maneira as representações ideológicas marcam o discurso parlamentar?

Na quarta e última estação, em que o tempo de permanência estará ampliado em relação às demais, será estabelecida a oportunidade de confrontar as expectativas envolvidas no planejamento de qualquer viagem e a realidade encontrada no seu destino. Será a hora, pois, de verificar se as categorias analíticas adotadas se confirmam nos dois textos sob estudo, de modo a oferecer respostas às Questões de Pesquisa há pouco explicitadas.

Ainda, antes de prosseguirmos, cabe-me explicitar os principais conceitos que darão corpo a este trabalho. O primeiro deles é texto, para o qual acompanho Fairclough (2003, p. 3), que o tem em um amplo sentido, como “qualquer instância da linguagem em uso”. Já discurso, recebo-o como um dos elementos da vida social por meio do qual se representam diferentes aspectos do mundo (FAIRCLOUGH, 2003, p. 124). Quanto a gênero discursivo, apóio-me em Bakhtin (2003, p. 282), que o entendia como configurado em formas padrões de relativa estabilidade. Na verdade, é sua inserção na própria vida social que lhe determinará a conformação.

Chamo ainda a atenção para o fato de me referir – desde o título desta pesquisa – a discurso parlamentar e não a discurso político. Se este abrange a fala em

tribunas específicas (Congresso Nacional, Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais), o uso da linguagem por agremiações político-partidárias, ou mesmo o que consta da mídia em termos editoriais ou de reportagem, dado o perfil de minha pesquisa, prefiro o hipônimo *discurso parlamentar* para referir-me ao uso da palavra por um deputado federal, e apenas nas sessões realizadas no Plenário da Câmara dos Deputados.

Por oportuno, esclareço que a adoção da metáfora de empreender uma viagem pelo discurso parlamentar como condutora do desenvolvimento do presente trabalho teve como principal motivação o intento de tornar mais palatável a abordagem de um tema extremamente específico, cujos textos circulam em um ambiente restrito, a Câmara dos Deputados brasileira.

Estabelecidas todas essas informações, por peculiares ao começo de qualquer trajeto turístico, embarcados todos, iniciemos nossa viagem.

Primeira Estação:
CÂMARA DOS DEPUTADOS – PANORAMA SÓCIO-HISTÓRICO

1.1 BREVE HISTÓRICO E PRINCIPAIS DISPOSIÇÕES VIGENTES

Remonta a 3 de agosto de 1822 a primeira previsão, por decreto do Imperador D. Pedro I, de eleição de deputados para a Assembléia Geral, Constituinte e Legislativa do Reino do Brasil. Proclamada a Independência no mesmo 1822, no ano seguinte, em 17 de abril de 1823, ocorre a primeira reunião da Assembléia Geral, Constituinte e Legislativa do Brasil Independente, quando se congregaram os primeiros 52 deputados constituintes. Estes, em 3 de maio, instalam solenemente a Assembléia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil.

Dissolvida seis meses depois por firmar-se no propósito de defender sua soberania, a Assembléia saiu de cena para que D. Pedro I outorgasse a Constituição Política do Império do Brasil em 25 de março de 1824.

Somente em 29 de abril de 1826 realiza-se a primeira sessão preparatória da primeira legislatura e, em 6 de maio do mesmo ano, a sessão solene de instalação do Parlamento brasileiro, a então Assembléia Geral Legislativa, que reunia a Câmara dos Deputados e a Câmara dos Senadores. Naquela época, a legislatura era de quatro anos, como até hoje, mas cada sessão legislativa durava apenas quatro meses.

Somente no Segundo Império, no pleno exercício do Poder Moderador, D. Pedro II dissolveu tal representação popular onze vezes. Como, a cada suspensão, convocava-se nova assembléia com a competente sessão de instalação, rapidamente chegou-se à vigésima legislatura.

O advento da República, em 15 de novembro de 1889, surpreendeu as sessões preparatórias que se realizavam para a instalação da vigésima primeira legislatura no dia 20 do mesmo mês. Em setembro de 1890, realizam-se eleições para o Congresso Constituinte da República e, no ano seguinte, promulga-se a primeira Constituição republicana (24 de fevereiro de 1891). No entanto, em 3 de novembro do mesmo ano o então Presidente da República, Deodoro da Fonseca, fecha o Congresso Nacional, reaberto apenas vinte dias depois por Floriano Peixoto, novo Presidente do Brasil.

Após restaurada a autonomia das instituições democráticas, a representação popular exercida por intermédio do Poder Legislativo – composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal (Constituição Federal, art. 44, *caput*) –, passou por momentos tanto de euforia quanto de temor, pois que se alternaram períodos de paz social e de renascer democrático, de ditaduras de conformação fascista e de regimes de exceção. Somente no que diz respeito à Carta Magna, a República, em pouco mais de 115 anos, assistiu à edição da sua sexta Constituição em outubro de 1988 (a sétima da História do Brasil, lembrando-se a Constituição do Império).

No que se refere em específico à Câmara dos Deputados, a Constituição Federal prevê que a instituição abrigue representantes da população brasileira, respeitando-se o sistema proporcional, de modo que cada Estado e o Distrito Federal tenham, no mínimo, oito e, no máximo, setenta deputados. Atualmente, essa proporcionalidade resulta em 513 cadeiras na Casa.

A instituição pauta seu funcionamento e o processo legislativo, precipuamente, pelo Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), aprovado pela Resolução nº 17, de 21 de setembro de 1989, e ao qual se apõem, até o momento, trinta Resoluções alteradoras.

Em linhas gerais, o quadro que segue, elaborado para este trabalho, inclui as principais subdivisões e assuntos tratados pelo RICD:

**QUADRO 1 – REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS:
SUBDIVISÃO TEMÁTICA**

<p>TÍTULO I – <i>DISPOSIÇÕES PRELIMINARES</i>: sede, sessões legislativas e preparatórias, posse dos parlamentares, eleição da Mesa Diretora, constituição das Lideranças, dos Blocos Parlamentares, da Maioria e da Minoria.</p> <p>TÍTULO II – <i>DOS ÓRGÃOS¹ DA CÂMARA</i>: Mesa, Colégio de Líderes, Procuradoria Parlamentar, Ouvidoria Parlamentar, Comissões.</p> <p>TÍTULO III – <i>DAS SESSÕES DA CÂMARA</i>: ritos das sessões públicas e secretas, interpretação regimental, registros em ata.</p> <p>TÍTULO IV – <i>DAS PROPOSIÇÕES</i>: apresentação, retirada, arquivamento e publicação dos diversos tipos de matéria sujeitos à deliberação da Casa, notadamente projetos, indicações, requerimentos, emendas e pareceres.</p> <p>TÍTULO V – <i>DA APRECIÇÃO DAS PROPOSIÇÕES</i>: tramitação, apreciação preliminar, turnos de discussão e votação, regimes (de urgência, prioridade e ordinária), redação final.</p> <p>TÍTULO VI – <i>DAS MATÉRIAS SUJEITAS A DISPOSIÇÕES ESPECIAIS</i>: propostas de emenda constitucional; projetos de iniciativa do Presidente da República com solicitação de urgência; projetos de código e de consolidações; de natureza periódica; alteração do Regimento Interno; pedidos de autorização para instaurar processo criminal contra autoridades do Poder Executivo; recebimento de denúncias quanto a crimes de responsabilidade de autoridades do Poder Executivo; convocação de Ministros de Estado; participação na Comissão Representativa do Congresso Nacional e no Conselho da República.</p> <p>TÍTULO VII – <i>DOS DEPUTADOS</i>: normas para assunção e exercício do mandato, instruções quanto ao decoro parlamentar, requisitos da licença para instauração de processo criminal contra parlamentares.</p> <p>TÍTULO VIII – <i>DA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL</i>: projetos de lei de iniciativa popular, petições, representações e outras formas de participação, realização de audiências públicas, credenciamento de entidades e de órgãos da imprensa.</p> <p>TÍTULO IX – <i>DA ADMINISTRAÇÃO E DA ECONOMIA INTERNA</i>: princípios norteadores dos serviços administrativos da Casa; administração e fiscalização contábil, orçamentária, financeira, operacional e patrimonial; polícia da Câmara; delegação de competência; sistema de consultoria e assessoramento institucional.</p> <p>TÍTULO X – <i>DAS DISPOSIÇÕES FINAIS</i>: ordenação numérica das legislaturas; cômputo dos prazos regimentais; denominação de dependências e edifícios da Câmara.</p>

No que diz respeito estritamente à postura exigida do parlamentar no exercício do mandato e ao cumprimento das normas a ele relativas, a Câmara dispõe ainda do Código de Ética e Decoro Parlamentar e de seu Regulamento, instituídos,

¹ Os “Órgãos” aqui referidos são os atinentes às atividades políticas *stricto sensu*, excluída a estrutura organizacional administrativa da Casa, que é regida por regulamentos especiais previstos no próprio Regimento (art. 262 e seguintes).

respectivamente, pela Resolução nº 25, de 10 de outubro de 2001, e por Ato do Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar de 31 de outubro de 2001.

De acordo com o foco desta pesquisa, sobreleva condensar, neste ponto, os momentos rituais em que o discurso parlamentar é o ponto culminante nas sessões realizadas no Plenário da Câmara, instância maior de deliberação da Casa e que reúne a totalidade de seus membros. Reitero que não será contemplado o discurso pronunciado em outros momentos da atividade legislativa, como os que se realizam quando da discussão e da votação de matérias, ou os afetos às reuniões das Comissões Permanentes ou Temporárias (Especiais, de Inquérito e Externas) da Casa, às quais, aplicam-se, no que couber, as regras ditadas para o Plenário.

Conforme o Regimento Interno, as sessões realizadas no Plenário da Câmara são as seguintes:

a) *preparatórias* (art. 65, inciso I): ocorrem na primeira e na terceira sessão legislativa de cada legislatura, precedendo o início das atividades no Congresso Nacional. Destinam-se, basicamente, à posse dos deputados eleitos e à eleição da Mesa;

b) *ordinárias* (art. 65, II; art. 66): ocorrem apenas uma vez por dia, em todos os dias úteis, de segunda a quinta-feira, iniciando-se às catorze horas e, na sexta-feira, às nove horas da manhã. Com duração máxima de cinco horas, suas fases são: Pequeno Expediente (com duração de sessenta minutos improrrogáveis, abriga a matéria do expediente e os oradores inscritos para breves comunicações), Grande Expediente (os oradores inscritos dividirão o tempo de cinquenta minutos improrrogáveis), Ordem do Dia (com duração de três horas prorrogáveis, destina-se à apreciação da pauta), Comunicações Parlamentares (se houver tempo, falarão, alternadamente, representantes de Partidos e Blocos Parlamentares indicados pelas

Lideranças). O Regimento prevê ainda que “em qualquer tempo da sessão, os Líderes dos Partidos, pessoalmente e sem delegação, poderão fazer comunicações destinadas ao debate em torno de assuntos de relevância nacional”, que vêm a ser as Comunicações de Lideranças (art. 66, § 1º; art. 89);

c) *extraordinárias* (art. 65, III; art. 67): com duração máxima de quatro horas, ocorrem em dias e horários diversos dos determinados para as ordinárias e destinam-se, exclusivamente, à discussão e à votação das matérias constantes da Ordem do Dia;

d) *solenes* (art. 65, IV; art. 68): destinadas à realização de grandes comemorações, homenagens especiais ou recepção de altas personalidades. Nos casos das demais homenagens, prevê-se a prorrogação das sessões ordinárias das segundas e sextas-feiras pelo tempo máximo de trinta minutos, sendo que, “tratando-se de congressista da legislatura, Chefe de um dos Poderes da República ou Chefe de Estado estrangeiro, com o qual o Brasil mantenha relações diplomáticas, as homenagens poderão ser prestadas no Grande Expediente”, quando serão observadas as normas previstas para as sessões solenes propriamente ditas (art. 68, §§ 1º e 2º);

e) *secretas* (art. 92): convocadas com a indicação expressa de seu objeto de deliberação, nela somente poderão estar presentes deputados e senadores; além desses, Ministros de Estado ou testemunhas poderão ser convocados, e permanecerão na sessão apenas durante o tempo necessário para a prestação de informações;

f) *Comissão Geral* (art. 91): a rigor, não se ampara regimentalmente como sessão, mas como fruto da transformação desta, com o objetivo de debater matéria relevante, discutir projeto de lei de iniciativa popular ou para admitir o comparecimento de Ministro de Estado.

1.2 AS MATÉRIAS LEGISLATIVAS

No que diz respeito ao processo legislativo, a ampla diversidade de proposições que circula na Câmara dificulta sua sistematização, cabendo destacar as *Normas de Elaboração dos Trabalhos da Assessoria Legislativa da Câmara dos Deputados*, editadas em 1990 e que serviram de base para o *Manual de Elaboração Legislativa – Modelos e Informações*, uma louvável tentativa de padronização para algumas das proposições (CORRÊA *et al.*, 2002, p. 9, destaques dos autores):

O regimento não abordou tal sistematização ao definir mais de uma dezena de instrumentos de ação legislativa. Afora os **projetos, pareceres, requerimentos e recursos** – os instrumentos mais utilizados no processo legislativo –, existe um elenco de outros documentos como, por exemplo, a **reclamação escrita**, a **solicitação**, a **proposta** e outros. No total, excluídos os projetos e os pareceres, o regimento explicita, pelo menos, mais doze tipos de documentos.

Complementarmente, tem-se o livro *Questões sobre Processo Legislativo e Regimento Interno* (PACHECO & MENDES, 2002), que compila informações sintéticas acerca não somente das proposições aqui já mencionadas, mas também dos muitos procedimentos inerentes à atividade legislativa. É de ressaltar que as duas publicações vêm sendo reeditadas em função das novidades constitucionais, legais e regimentais agregadas a cada nova legislatura, modificações essas que representam tanto a participação quanto a relevância dos dois trabalhos na descrição da “evolução das instituições brasileiras” (PACHECO & MENDES, 2002, p. 8). Participação e relevância coadunadas com a reconfiguração provocada pelo enquadramento sócio-histórico, explicitada em Corrêa *et al.* (2002, p. 7) (fazendo, talvez sem o saber, eco a Mikhail Bakhtin (2003) e sua instigante teoria de gêneros discursivos):

O exercício da atividade legislativa pressupõe o atualizar constante dos aspectos formais que lhe dão vida e corpo, não fosse ela própria um remoinho de idéias que a todo momento se permeiam e se enriquecem umas às outras, vencendo algumas, perdendo outras, ora se agregando, ora se fragmentando pelo debate democrático, que as depura para atender às demandas da sociedade. Assim é em todos os parlamentos do mundo livre. Assim também é na Câmara dos Deputados.

De modo surpreendente, apesar de todo o detalhamento relativo às proposições de um modo geral, muito pouco se diz no âmbito da própria Câmara acerca do discurso parlamentar, seja como uma categoria unitária entre as proposições, seja como base comum às atividades parlamentares, a não ser no que se refere aos ritos de proferimento a ele associados, temática do próximo tópico.

Cite-se o que consta do *Manual de Redação*, editado pela Câmara dos Deputados em 2004, no capítulo relativo à redação oficial, o item *A Linguagem no Pronunciamento Parlamentar*, que sumariza a conformação estilístico-formal que lhe deve cingir: respeito ao estilo do orador, sem prejuízo da observância das normas da redação oficial; clareza e concisão, ou uma linguagem não afetada e nem prolixa; conformação à oralidade inerente, sem resvalar na informalidade; atenção redobrada com recursos afeitos à arte da oratória. Conclui-se o item advogando que (MANUAL, 2004, p. 40):

Em suma, a obrigação do redator de discursos parlamentares deve ser, basicamente, transmitir mensagens, expor idéias, debater temas; para que isso se realize, é preciso que o orador atinja o ouvinte de imediato, ou seja, que se comunique sem problemas. Para tanto, cabe-lhe usar linguagem que seja facilmente compreensível.

Em seguida, há, no mesmo *Manual*, o subitem *Pronunciamentos na Câmara dos Deputados*, que, após condensar em poucas linhas o prescrito no Regimento Interno da Casa quanto à tipologia e à duração das falas parlamentares, oferta-lhe uma sucinta conceituação (MANUAL, 2004, p. 40):

Tradicionalmente, o discurso se divide em três partes: introdução, desenvolvimento e conclusão. Na primeira, apresenta-se o tema sobre o qual se pretende falar; na segunda, é apresentado o desenvolvimento, que inclui a argumentação desse tema; e na última apresentam-se as conclusões do desenvolvimento e da argumentação.

Por sua vez, em Corrêa *et al.* (2002), não há nenhuma menção ao discurso parlamentar e, em Pacheco & Mendes (2002, p. 166), apenas uma referência como “minutas de pronunciamentos”, explicitando-se ali a faculdade de qualquer deputado solicitar ao órgão institucional específico “a elaboração de minutas de discursos parlamentares”.

Tal opacidade não é gratuita, nem tampouco se deve a desconhecimento por parte dos autores, pois que todos são técnicos altamente especializados, atuais e ex-integrantes da Consultoria Legislativa da Casa, porém não ligados à específica área de redação parlamentar. Parece mais sensato inferir que sua grandiosa multiplicidade imanente faz do discurso parlamentar um mosaico de realidade vária que embaraça qualquer tentativa de sistematização, quiçá de padronização.

1.3 PRÁXIS DO DISCURSO PARLAMENTAR

Voltando-nos para o Regimento Interno da Câmara, de acordo com seu artigo 74 (2003, p. 94, destaque meu):

Art. 74. O Deputado só poderá falar, nos expressos termos deste Regimento:

I – para apresentar proposição;

II – para fazer comunicação ou versar assuntos diversos, à hora do expediente ou das Comunicações Parlamentares;

III – sobre proposição em discussão;

IV – para questão de ordem;

V – para reclamação;

VI – para encaminhar a votação;

VII – a juízo do Presidente, para contestar acusação pessoal à própria conduta, feita durante a discussão, ou para contradizer o que lhe for indevidamente atribuído como opinião pessoal.

No esteio da faculdade acima apontada, inscreveram-se as seguintes prescrições regimentais:

a) *no Pequeno Expediente* (art. 81, *caput*): cada deputado dispõe de, no máximo, cinco minutos, sem apartes;

b) *no Grande Expediente* (art. 87, *caput*): cada deputado dispõe de, no máximo, 25 minutos, incluídos os apartes;

c) *nas sessões solenes* (art. 68): não está prevista a duração de cada fala nas sessões especificamente convocadas para esse fim, diferentemente de quando ocorrer em prorrogação de sessão ordinária, quando cada orador pode falar por, no máximo, cinco minutos (art. 68, § 2º, II);

d) *nas Comunicações de Lideranças* (art. 89): cada Líder deve falar por tempo proporcional ao número de membros de sua bancada, entre três e dez minutos, sem apartes. À Liderança do Governo reserva-se a média do tempo destinado às representações da Maioria e da Minoria. É facultada aos Líderes, entre si, a cessão total ou parcial do tempo que lhes estiver destinado nesta fase da sessão;

e) *nas Comunicações Parlamentares* (art. 90): cada orador falará por, no máximo, dez minutos;

f) *na Comissão Geral* (art. 91), nos casos de:

- debate de matéria relevante, por iniciativa das Lideranças ou de um terço dos membros da Câmara (art. 91, I e § 1º): o autor do requerimento e os Líderes da Maioria e da Minoria falarão por trinta minutos cada; demais Líderes falarão por sessenta minutos divididos proporcionalmente; demais oradores inscritos falarão por dez minutos cada um, pelo período máximo de 120 minutos;

- discussão de projeto de lei de iniciativa popular (art. 91, II e § 2º; art. 252, VII): aqui se apresenta uma inconsistência quanto à duração da fala do orador, pois, pelo artigo 91, qualquer signatário do projeto ou deputado, indicado pelo respectivo autor, falará por trinta minutos sem apartes; já o artigo 252 prescreve que o primeiro signatário, ou quem tiver sido por ele indicado quando da apresentação do projeto, falará por vinte minutos;

- comparecimento de Ministro de Estado (art. 91, III; art. 220, §§ 1º e 3º): o Ministro subordina-se às mesmas normas de uso da palavra relativas aos deputados;

g) *nas sessões secretas* (art. 93, § 1º): cada deputado falará, no máximo, por cinco minutos em debate que não poderá exceder a primeira hora da reunião e que deverá versar sobre a real necessidade de o assunto da sessão ser mesmo tratado de modo sigiloso.

1.4 O ASSESSORAMENTO INSTITUCIONAL

Os cuidados regimentais de estabelecer condições e circunstâncias para o uso da palavra no Plenário da Câmara não se fazem acompanhar, evidentemente, de cerceamento da fonte dos discursos, surgidos de várias possíveis conformações. Eles podem ser da lavra do próprio parlamentar, preparados com antecedência ou proferidos de improviso, como também oriundos da assessoria prestada por seu gabinete ou pela estrutura institucional da Casa.

Por sua vez, os próprios eleitores, bem como entidades civis organizadas, podem fazer chegar às mãos do parlamentar sugestões de assuntos ou mesmo minutas de pronunciamentos a serem levadas ao Plenário. Somente a menção dessas

possibilidades permite vislumbrar os ilimitados, e portanto mui fecundos, mananciais de construção do discurso parlamentar.

Para o presente trabalho, todavia, tem especial relevância o detalhamento da estrutura institucional de consultoria e assessoramento da Câmara dos Deputados, especialmente em razão das condições de sistematização proporcionadas pela legislação específica.

Em 1971, pela Resolução nº 20, que trata da organização administrativa da instituição, a Câmara estruturou a atividade de assessoramento aos parlamentares, mediante a criação da Seção de Assessoria Parlamentar, ligada ao Centro de Documentação e Informação, e da Assessoria Técnica Especializada, ligada ao Departamento de Comissões, unificando-as, posteriormente, na Assessoria Legislativa². Em 1993, com a edição da Resolução nº 48, consolidaram-se as normas relativas à competência, estrutura e funcionamento da Assessoria Legislativa, que, em virtude do que consta do artigo 15 da Resolução nº 28, de 1998, passou a se denominar Consultoria Legislativa (CONLE).

Órgão cuja incumbência se aplica à prestação de consultoria e assessoramento aos parlamentares na consecução das atividades-fim da Casa – quais sejam, principalmente, os debates dos grandes temas nacionais e a produção de legislação de sua competência –, a Consultoria responde também pela elaboração da produção legislativa, bem como pela prestação de assistência direta às comissões técnicas da Câmara, e está atualmente subdividida em vinte e uma Áreas de Atividade ou de Especialização, que, por sua vez, agregam-se em dez Núcleos Temáticos de Consultoria e Assessoramento, como aparece no seguinte quadro (elaborado para este trabalho):

² Em 1979, a Câmara criou a Assessoria de Orçamento e Fiscalização Financeira (Resolução nº 24, de 1979), hoje Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira (Resolução nº 28, de 1998), incumbida, principalmente, de prestar assessoramento à Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas e à Comissão Mista de Orçamento.

QUADRO 2 – CONLE: NÚCLEOS E ÁREAS TEMÁTICAS

<i>Núcleo</i>	<i>Área</i>	<i>Temática</i>
1º	I	Direito Constitucional, Eleitoral, Municipal, Administrativo, Processo Legislativo e Poder Judiciário
1º	II	Direito Civil e Processual Civil, Penal e Processual Penal, de Família, do Autor, de Sucessões, Internacional Privado
2º	III	Direito Tributário, Tributação
2º	IV	Finanças Públicas
3º	V	Direito do Trabalho e Processual do Trabalho
4º	VI	Direito Agrário e Política Fundiária
5º	VII	Sistema Financeiro, Direito Comercial, Econômico, Defesa do Consumidor
1º	VIII	Administração Pública
5º	IX	Política e Planejamento Econômicos, Desenvolvimento Econômico, Economia Internacional
4º	X	Agricultura e Política Rural
6º	XI	Meio Ambiente e Direito Ambiental, Organização Territorial, Desenvolvimento Urbano e Regional
7º	XII	Recursos Minerais, Hídricos e Energéticos
6º	XIII	Desenvolvimento Urbano, Trânsito e Transportes
8º	XIV	Comunicação Social, Informática, Telecomunicações, Sistema Postal, Ciência e Tecnologia
8º	XV	Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia
3º	XVI	Saúde Pública, Sanitarismo
9º	XVII	Segurança e Defesa Nacional
9º	XVIII	Direito Internacional Público, Relações Internacionais
9º	XIX	Ciência Política, Sociologia Política, História, Relações Internacionais
10º	XX	Redação e Discurso Parlamentar
3º	XXI	Previdência e Direito Previdenciário

Integrado exclusivamente por especialistas recrutados por meio de concurso público de provas e de títulos, de nível superior, o quadro de consultores da CONLE tem em seu caráter multidisciplinar um importante elemento responsável pelo embasamento técnico-teórico dos trabalhos realizados junto aos (e para os) parlamentares. Além, evidentemente, da natureza confidencial e apartidária inerente

à assessoria prestada em qualquer momento do processo legislativo, pelo que ressaltam os princípios de presteza, precisão, responsabilidade, qualidade, objetividade, disponibilidade e proatividade, não restritos apenas aos textos escritos, mas que também permeiam os atendimentos pessoais requeridos pelos deputados.

É de registrar que a Consultoria Legislativa não é formada somente pelas consultoras e consultores legislativos, mas dispõe também de grande corpo administrativo, que presta serviços de apoio sem os quais seria impossível emprestar uma célere circulação à qualidade técnica dos trabalhos ali produzidos. Em linhas gerais, têm-se os serviços de suporte à microinformática, de assessoramento às Comissões, os administrativos e os gerais, os de análise e processamento das solicitações, os de acervo documental e os de edição e expedição de textos.

Atualmente, integram a Consultoria Legislativa cerca de 180 consultores, responsáveis, em 2005, pelo atendimento a mais de dezesseis mil solicitações de trabalho, enviadas em formulário eletrônico por meio de sistema que interliga a Consultoria e os gabinetes dos parlamentares. O Sistema de Fluxo de Trabalhos da Consultoria Legislativa (*Workflow*) registra todos os passos desde o momento dos pedidos feitos pelos deputados, pelas comissões ou pela Administração da Câmara, passando por todos os estágios dentro da Consultoria, até o envio dos resultados aos solicitantes. Embora tudo isso se dê por meio eletrônico, evidentemente permanece a faculdade de o solicitante enviar quaisquer subsídios, em papel ou em qualquer outro meio, que venham a auxiliar na consecução do trabalho.

Passo agora ao cotejo das normas de elaboração do discurso parlamentar no âmbito da Consultoria Legislativa. Da há pouco referida Resolução nº 48, de 1993 – a que criou a CONLE –, só constam duas referências ao discurso parlamentar. Como uma das atribuições da Consultoria, tem-se no inciso IV, do artigo 2º:

IV – redigir minutas de pronunciamentos parlamentares destinadas à participação do Deputado em sessões e eventos especiais decorrentes do exercício do mandato, limitadas individualmente a um pedido por semana, excluídos desse cômputo os discursos de Grande Expediente.

E no artigo 12, § 5º:

§ 5º Os pedidos de minuta de discursos deverão ser feitos pelo interessado com antecedência de dois a dez dias úteis, conforme a extensão, salvo urgência autorizada pelo Diretor.

Digno de registro é a prescrição do artigo 13, da mesma Resolução nº 48/93, acerca da “cessão” da autoria intelectual dos trabalhos – não somente dos discursos – produzidos pela Consultoria. Eis a íntegra do interessante artigo:

Art. 13. A consultoria e o assessoramento revestem-se de caráter sigiloso, não expressando a produção documental necessariamente posição do Órgão ou de seus integrantes, desobrigados estes, em qualquer caso, de compromisso institucional ou pessoal em razão da orientação ou da destinação dada ao trabalho pelo solicitante.

Parágrafo único. As obras intelectuais produzidas na Consultoria Legislativa são da titularidade e uso público dos que as encomendaram, ressalvadas as informações técnicas que, por seu caráter científico ou geral, possam servir de base à execução de outros trabalhos, bem como os estudos ou relatórios de cunho pessoal do Consultor ou Assessor.

Faz-se oportuno registrar que, embora a Consultoria Legislativa disponha da área específica de Redação e Discurso Parlamentar (a área XX), as solicitações de discursos parlamentares, embora a ela eminentemente se dirijam, também alcançam as demais áreas (PAIVA, 2004, p. 25). Os critérios de distribuição passam pela temática desejada pelo deputado – se uma abordagem panorâmica ou eminentemente técnica –, sem mencionar que todos os consultores, de todas as áreas, submeteram-se à redação de pelo menos um discurso quando da prestação das provas no concurso público habilitador para a função.

Outra referência ao discurso parlamentar encontra-se nas *Normas de Elaboração dos Trabalhos da Assessoria Legislativa da Câmara dos Deputados*

(1990, p. 5), que, como consta de sua apresentação, “incorporam, a par de umas tantas regras de linguagem e de composição datilográfica, as melhores lições de nossa tradição legislativa e da doutrina”. Fruto de um grupo de trabalho formado por Assesores Legislativos em 1974, tais normas serviram de base para o atual *Manual de Elaboração Legislativa – Modelos e Informações* (CORRÊA *et al.*, 2002), mas não perderam em relevância – a não ser quanto aos aspectos de apresentação dos trabalhos, em virtude da superveniência de modernos recursos tecnológicos.

Em linhas gerais, as *Normas* (1990, p. 9) subdividem os trabalhos em três tipos de atividade:

a) *elaboração legislativa*: minutas de proposta de emenda à Constituição, projeto de lei complementar, projeto de lei ordinária, projeto de decreto legislativo, projeto de resolução, emenda, indicação, requerimento, recurso e parecer;

b) *estudos básicos*: estudos (de pareceres pessoais a ensaios) e consultas (orais ou por escrito);

c) *redação parlamentar*³: minutas de pronunciamentos parlamentares, fundamentalmente: discurso de Pequeno Expediente; discurso de Grande Expediente; comunicação de Liderança; comunicação parlamentar. Inclui também a revisão, resumo e redação de exposições e relatórios ligados à atividade legislativa, bem como a redação de indicações e de requerimentos.

Quanto ao item *c*), que interessa mais de perto para o presente trabalho, aparecem como condições para sua execução: atividades preparatórias (identificação do trabalho, contato com o parlamentar solicitante); coleta de dados; planejamento; desenvolvimento do discurso; revisão do conteúdo e da forma; aprimoramento

³ Embora não se refiram explicitamente às sessões solenes, à Comissão Geral ou às sessões secretas, as *Normas*, pode-se inferir, estariam-nas contemplando de modo extensivo, uma vez que foram concluídas quase em concomitância com o Regimento Interno da Casa no ano de 1989.

estilístico (o pronunciamento deve ser simples, positivo, preciso, claro, objetivo, coerente, conciso e harmonioso), além do que se ressalva que o conteúdo e a forma devem-se conformar à orientação político-partidária do parlamentar.

Concluído aqui o propósito de sistematização da ordem de discurso da Câmara dos Deputados, mediante o enquadramento do discurso parlamentar e das normas que o regem, deixemos esta estação rumo ao que nos reserva a próxima parada: quem se juntará a nós e nos escoltará dali em diante?

Segunda Estação: MEMORIAL TEÓRICO

2.1 CELEBRANDO OS “COMPANHEIROS” DE VIAGEM...

Neste ponto da jornada, vamos tomar contato com as concepções teóricas que embasam o próprio planejamento do trabalho. No amplo espectro da Teoria Social do Discurso, parte-se da estruturação lingüística e de sua função social para fundamentar o questionamento crítico das relações de poder vigentes. Dessa ótica, terei de Norman Fairclough (1989; 1992; 1995a; 1995b; 2000; 2003) a espinha dorsal da pesquisa: a Análise de Discurso Crítica (ADC) e sua concepção do discurso como prática não apenas lingüística, mas também discursiva e social. Tal visão, para além do texto em sentido estrito, implica sua compreensão como unidade de língua em uso, uso esse cujo poder de pressão reside no componente sociocultural.

Assim, conclui-se que a atualização das estruturas lingüísticas acontece no contexto interacional de uso da língua, com as implicações sociodiscursivas pertinentes, corroborando as idéias de interferência do funcionamento social da linguagem na estrutura gramatical e de inter-relação das mudanças discursiva e social, conclusões que advêm necessariamente da operacionalização da análise textual e que permeiam o arcabouço teórico da ADC.

Para complementar essa etapa do quadro teórico, recorrerei a autores não pertencentes à ADC especificamente, mas que comporão os sentidos que desejo demonstrar nesta pesquisa. Assim, veremos Bakhtin (1986, 2003), Halliday (1976, 1978), além de alguns conceitos da Gramática Tradicional, quando se estabelecerá

um contraponto com o intuito de reiterar a tese de que não se deve privilegiar o estudo das estruturas lingüísticas como um fim em si mesmo.

Para a caracterização do discurso parlamentar como gênero discursivo, empregarei Bakhtin (1986, 2003), Swales (1990), Fairclough (1992, 2003) e Bazerman (2005), tendo neste último o principal suporte, com seu amplo espectro de enquadramento das atividades sociais, afinal, importa considerar gênero em ambas conformações: a lingüística e a sócio-histórico-cultural.

No que se refere às inevitáveis questões de poder inerentes à língua, veremos Thompson (2002), Eagleton (1997), Bourdieu (1996) e Fairclough (1992, 2003); porém, Thompson é que nos brindará com a tese de uma concepção crítica da ideologia, seus modos de operação e estratégias de construção simbólica.

E, por último, em virtude da natureza argumentativa do texto-alvo desta pesquisa, vou-me apoiar em Tereza Halliday (1988), Monteiro (2003), Paiva (2004), Maneli (2004), Reboul (2004) e Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005), quanto aos princípios basilares da teoria da argumentação; e em Koch (2002, 2004), quanto à estruturação lingüística, sem prejuízo do já referido cotejo com postulados da Gramática Tradicional.

Passo então, primeiramente, ao que propõe a ADC.

2.2 ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA (ADC)

É assente na literatura relativa à ADC que questões de linguagem, ou estudos que se aproximam das estruturas lingüísticas, não o fazem como um fim em si mesmo, pois que deparam com a mediação desempenhada pela linguagem entre as estruturas sociais e as relações de poder. Mediação essa que pode trabalhar tanto a serviço da manutenção do que já está estabelecido quanto da subversão do *status*

quo. A mediação, por sua magnitude, ao mesmo tempo que exerce influência, também a sofre, o que quer dizer que a linguagem atua como veículo que provoca mudanças no âmbito social e capta daí movimentos que a transmutam.

Tal perspectiva corrobora, assim, uma ampliação do conceito de linguagem, pois essa nomenclatura primeiramente evoca o que, por tradição, se tem como seu conceito estrutural. Para tanto, a ADC prefere conceber linguagem como discurso, prática social sujeita às convenções sociais, de modo que os processos cognitivos afetos à produção e à decodificação textuais (dos elementos lingüísticos) não se restringem a estes, mas estão submetidos a convenções de natureza social.

Desse modo, a análise textual, instrumento sobre o qual a ADC se esteia, implica muito mais do que a mera extração das estruturas do texto ou mesmo do conteúdo em si. A produção, distribuição e consumo dos gêneros revelam-se imprescindíveis processos na investigação não somente do que está posto ali quanto à estruturação lingüística, mas, sobretudo, das prováveis razões por que ela está ali, naqueles termos, e a serviço de quais interesses.

Segundo Norman Fairclough (1995b, p. 6), “textos são espaços sociais em que dois processos sociais fundamentais ocorrem simultaneamente: o de cognição e representação do mundo e o de interação social”. Essa concepção pressupõe uma visão multifuncional do texto, conceito que vai se apoiar na lingüística sistêmica de Michael Halliday (1976, 1978) e nas macrofunções da linguagem por ele descritas. E a ADC avança à proporção que sua voz maior entende que:

A análise textual requer diversidade de abordagem não apenas em relação às funções, mas também em relação aos níveis de análise. Ênfase que a análise de discurso em si não é tomada aqui como um nível particular de análise. (...) Meu ponto de vista é que “discurso” é o uso da linguagem como uma forma de prática social, e análise de discurso é a análise de como textos se inserem na prática sociocultural. (FAIRCLOUGH, 1995b, p. 7)

Se primeiramente as críticas clamavam por modelos de análise textual socialmente relevantes – cuja necessidade o próprio Fairclough reconhecia –, nos dias atuais, pode-se distinguir um quadro teórico-metodológico à altura do objeto de pesquisa a que se propõe a Teoria Social do Discurso. Para tomar apenas um exemplo, se houve tempo em que se criticava a análise de texto porque somente considerava o que estava no texto, desprezando o que tivesse sido voluntariamente dele omitido ou nele deixado implícito, foram construídas categorias capazes de abranger a pressuposição, a implicatura, a ideologia, o não-dito.

Outro importante caminho tomado pela ADC diz respeito à intertextualidade, que iluminou relevantes e frutíferas relações entre os tipos discursivos, sejam ou não eles da mesma natureza, de modo que, em detrimento de gêneros similares, não se despreze a riqueza de um estudo da heterogeneidade discursiva, o que leva a uma outra categoria de aproximação (FAIRCLOUGH, 1995b, p. 10):

A análise intertextual liga o texto a dimensões da prática discursiva e mostra onde o texto está localizado no que se refere à rede social das ordens do discurso – como um texto atualiza e expande seu potencial dentro das ordens do discurso.

Assim, uma vez que uma eficiente análise discursiva não deve estar restrita às estruturas lingüísticas, o conceito de ordem do discurso, que se vai buscar em Michel Foucault, revela-se de grande valia, pois a prática sociocultural em que são inseridos os gêneros permite a estes sua conformação, da mesma forma que também é por eles modelada. De fato, o conjunto de práticas discursivas de uma instituição, ou as maneiras em que a linguagem é utilizada naquele domínio social, indica a demarcação de fronteiras internas e externas, bem como desvelam as mudanças socioculturais que ali se vão refletir.

Evidentemente, em uma organização, as práticas discursivas são tão diversas quanto as demandas ali circulantes, apontando, como conseqüência, para a

diversidade de gêneros empregados (no esteio da heterogeneidade há pouco apontada), tendo-se em mente que nada se estabelece de forma plácida ou ingênua. Na verdade, a adoção de um tipo discursivo em detrimento de outro, e a própria inter-relação entre as diversas práticas escolhidas, se firma à custa da luta pelo poder, o que corrobora, mais uma vez, o postulado da ADC de que a análise textual ultrapassa o mero desmembrar das estruturas lingüísticas (FAIRCLOUGH, 1995a, pp. 53-74).

Embora direcionado à investigação do discurso da mídia, o livro *Media discourse* (FAIRCLOUGH, 1995a) impinge-nos uma reflexão crítica quanto aos discursos de modo geral. Basta que o pesquisador adapte a cada situação específica as questões constantes no Capítulo 10 da obra, que seguem:

- a) como o texto se apresenta, por que dessa maneira e qual outro possível modo de apresentação?
- b) como textos dessa natureza são produzidos, e por que meios eles devem ser interpretados e utilizados?
- c) o que o texto revela acerca da ordem do discurso da mídia?
- d) de que processos socioculturais mais amplos esse texto é parte; quais as condições sociais e quais são seus efeitos?
- e) o que pode ser feito com base nesse texto?

Ante a certeza de que a “conscientização é o primeiro passo em direção à emancipação” (FAIRCLOUGH, 1989, p. 1), impõe-se à Teoria Social do Discurso a tarefa de estimular tanto quanto fundamentar uma visão crítica das práticas sociais, e das inerentes lutas por poder, mediante a aproximação das questões de linguagem para além das questões normativistas. Tal visão crítica que se almeja deve passar, necessariamente, por ações de resistência e de mudança no aspecto social, que se inscrevem de maneira especial na língua.

Fairclough, em *Discourse and Social Change* (1992), assinala que a análise do discurso deve ser realizada em um “quadro tridimensional, como texto, prática

discursiva e prática social” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 89), dentro da também tripartite classificação das funções da linguagem – identitária, relacional e ideacional –, responsáveis pela constituição discursiva do mundo representado. (Tal postulado foi revisto pelo autor na obra de 2003.) Em 2001, os conceitos de gênero, discurso e estilo apareceram como elementos componentes das ordens do discurso, portanto abertos à articulação, mas avessos a uma demarcação analítica rígida, bem como também justificados tanto pelo seu emprego por cientistas sociais quanto pelo reforço oferecido à validade do método da análise do discurso junto à pesquisa social.

Por sua vez, em *New Labour, new language?* (2000), Fairclough debruça-se vigorosamente sobre o discurso político do Partido do Novo Trabalhismo britânico e de seu expoente máximo, o Primeiro-Ministro Tony Blair. Após provocativo questionamento acerca de a postura do Partido ser apenas “retórica vazia” (2000, p. ix), o autor envereda por três grandes subtemas, justificando que a investigação da linguagem empregada pelo Novo Trabalhismo facilita a compreensão da política adotada pelo Partido.

Assim, “o estilo comunicativo dos líderes políticos, o discurso político associado a um partido ou grupo em particular (no caso do Novo Trabalhismo, o discurso político da ‘Terceira Via’) e o modo como a linguagem é empregada no processo de governar” subsumem o tripé sobre o qual se esteia o livro (FAIRCLOUGH, 2000, p. 6).

É certo que Fairclough propõe-se a uma aproximação do discurso do Novo Trabalhismo por intermédio da linguagem, mas, evidentemente isso não se dá de forma cartesiana. Ao tempo em que descreve as partes que constarão de sua pesquisa – teorizações sobre linguagem e descrição do foco crítico da análise de discurso –, o autor assevera que vai descrever e criticar a linguagem do Novo Trabalhismo. (Neste ponto, vou além: ele realmente faz a crítica, que não se atém às estruturas

lingüísticas, mas atinge o próprio referencial conceitual do proposto como Terceira Via: “A posição do Novo Trabalhismo é contraditória, com tensões inerentes manifestadas nas mudanças e nos hibridismos de sua linguagem”. (FAIRCLOUGH, 2000, p. 15)).

Ademais, para o autor, o discurso do Novo Trabalhismo ultrapassa o nível da mera expressividade (pois o que se fala acontece fora do discurso), aportando, ao contrário, no seu caráter constitutivo: a linguagem política é construída, e também constrói, conforme a cambiante natureza do campo político, sem prejuízo das interconexões deste com outros campos de atuação.

Na obra de 2003, *Analysing discourse: textual analysis for social research*, Fairclough mais uma vez reelabora seu quadro teórico, expandindo-o e articulando as funções referidas em 1992 (2001) aos conceitos de gênero, discurso e estilo, o que resulta, respectivamente, em três significados pelos quais empreender a aproximação analítica dos textos.

Primeiro, o significado acional, que, pelo estudo da configuração genérica, considera o texto quanto à interação social, principalmente (mas não exclusivamente) por intermédio da intertextualidade e da pressuposição. Em segundo, tem-se o significado representacional, que se volta para o discurso como um modo de representação de aspectos do mundo e comporta categorias como a interdiscursividade e as relações semânticas. Em terceiro, tem-se o significado identificacional, em que se contemplam os atores sociais presentes no texto, cujos estilos enlaçam marcas lingüísticas e traços sociais característicos, compósito pormenorizado especialmente pela modalidade e pela avaliação.

A nova proposta de Fairclough revela a intenção de transpor dois principais obstáculos originários do entremeio das análises lingüística e social: primeiro, a limitada abordagem de temas de interesse dos pesquisadores sociais; segundo, a

dificuldade de uma frutífera sistematização dos estudos lingüísticos em direção à pesquisa social. Desse modo, tendo como pano de fundo as grandiosas transformações sociais contemporâneas, a ADC, importante fonte para as ciências sociais, precisa manter-se avançando para além das descrições, objetivando efeitos sociais transformadores, como bem demonstra o paradigma de análise da linguagem do novo capitalismo efetivada no livro. Em outras palavras, a ADC, mais que análise textual, é uma forma de pesquisa social crítica a se encaixar em um projeto maior das ciências sociais e, dessa perspectiva, permite, ou melhor, estimula a transdisciplinarietà.

A conexão entre a análise do discurso e a pesquisa social faz-se marcar explicitamente na obra pela recomendação de itens tanto para análise textual quanto para pesquisa social, no contexto da inter-relação dos significados há pouco citados. Da mesma sorte, o reconhecimento da fértil relação dialética entre a linguagem e os demais elementos da vida social revigora a pertinência das pesquisas sociais que ousam lançar mão do arcabouço teórico que esteia as análises lingüísticas, uma vez que não basta apenas supor o papel do discurso nas práticas sociais – impõe-se efetuar a análise que a ADC tem-se esforçado em embasar.

Interessante é notar que em *New Labour, new language?* já se esboçava o que Fairclough traria como quadro analítico no livro de 2003. Os modos de agir, de representar e de ser, neste categorizados, respectivamente, como gêneros, discursos e estilos, correspondem, na obra de 2000, também respectivamente, ao modo de emprego da linguagem pelo Partido, ao discurso político de um partido e ao estilo dos líderes. Evidentemente, só se concebe tal distinção analítica para fins de compreensão, pois que a linguagem permeia essas três áreas de modo dinâmico e não-excludente.

A seguir, apresento quadro, para esta pesquisa elaborado, em que são comparadas, no que diz respeito aos conceitos de gênero, discurso e estilo, as obras de 2000 e 2003 de Norman Fairclough:

QUADRO 3 – COMPARATIVO – FAIRCLOUGH (2000 E 2003)

<i>Categorias</i>	<i>Gêneros</i>	<i>Discursos</i>	<i>Estilos</i>
<i>Obras</i>			
<i>New Labour, new language? (2000)</i>	Emprego da linguagem pelo partido	Discurso político de um partido	Estilo dos líderes
	Ação	Representação	Desempenho
<i>Analysing discourse (2003)</i>	Modos de agir	Modos de representar	Modos de ser
	Significado acional	Significado representacional	Significado identificacional

Cabe lembrar que é de Halliday e da Lingüística Sistêmico-Funcional (LSF) que parte Fairclough para desenvolver sua categorização analítica na Teoria Social do Discurso. Halliday, sempre atentando para a relação dialética existente entre as estruturas lingüística e social, e em correspondência às suas três metafunções (ideacional, interpessoal e textual), por meio da abordagem funcional da linguagem, cobre um estudo cujas partes se inter-relacionam. Assim, a linguagem como sistema de significados potenciais que se encontram em relação paradigmática é formada de variadas redes de opções, avaliáveis de acordo com as funções a serem exercidas em um contexto comunicativo.

E é essa variedade de redes de opções que nos levará à teorização acerca dos gêneros discursivos, assunto do tópico que segue.

2.3 GÊNEROS DISCURSIVOS

Há muito os estudos lingüísticos não se suprem da tradicional tipificação dos gêneros textuais, em que se tem a taxonomia como característica prevalente, postura que desconsidera tanto a interação social quanto a inserção histórico-cultural atinentes aos procedimentos de construção genérica.

De uma nova perspectiva, o perfil sociodiscursivo das realizações textuais ganha destaque na investigação dos gêneros discursivos, afinal, consolidaram-se entre os estudiosos do tema as fundamentais noções de que um gênero: a) revela-se sempre em mutação; b) firma-se em um contexto histórico; e c) conforma-se à participação intersubjetiva imanente ao processo comunicativo.

Mikhail Bakhtin (2003, p. 262), ao correlacionar o uso da língua aos vários campos da atividade humana, passa pelo conceito de enunciado como um compósito tripartido. Assim, propõe que conteúdo temático, estilo e construção composicional formam enunciados cujos “tipos relativamente estáveis” são elaborados ao tempo do uso da linguagem, constituindo os gêneros do discurso.

Do mesmo autor, extrai-se a concepção de que a variedade desses mesmos gêneros acompanha a própria variedade da atividade humana, uma vez que “em cada campo dessa atividade é integral o repertório de gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à medida que se desenvolve e se complexifica um determinado campo”.

Ao aparente caos que se poderia instalar ante a heterogeneidade genérica, e à conseqüente dificuldade de catalogação, Bakhtin (2003, p. 263) responde com a proposta de diferenciar os gêneros de discurso primários dos secundários. Estes, de natureza principalmente escrita, são colhidos em situações comunicativas mais complexas, mais elaboradas (por exemplo, o discurso científico); aqueles revelam-se

essencialmente afetos à espontaneidade da interação verbal (por exemplo, o diálogo cotidiano).

Sem deixar de referir a importante inter-relação entre as duas modalidades de gênero, como também ao processo histórico-formativo de um com base no outro, o autor assevera (2003, p. 301, destaques do autor):

Possuímos um rico repertório dos gêneros do discurso orais (e escritos). Na *prática*, usamo-los com segurança e destreza, mas podemos ignorar totalmente a sua existência *teórica*. (...) Na conversa mais desenvolvida, moldamos nossa fala às formas precisas de gêneros, às vezes padronizados e estereotipados, às vezes mais maleáveis, mais plásticos e mais criativos. (...) Esses gêneros do discurso nos são dados quase como nos é dada a língua materna, que dominamos com facilidade antes mesmo que lhe estudemos a gramática.

E, mais adiante (2003, p. 302), o que, evidentemente, vale também para os gêneros escritos:

Se não existissem os gêneros do discurso e se não os dominássemos, se tivéssemos de criá-los pela primeira vez no processo da fala, se tivéssemos de construir cada um de nossos enunciados, a comunicação verbal seria quase impossível.

Se nos voltarmos para John M. Swales (1990) e seus estudos do gênero, veremos que ele conjuga as análises formal e discursiva de textos nos contextos acadêmicos e profissionais, considerando, é claro, as práticas sociais sobre que subjazem as escolhas lingüísticas.

Um enfoque transdisciplinar revela-se frutífero na produção de Swales que (à primeira vista surpreendentemente) reconhece a falta de clareza conceitual quanto ao gênero, que não se pode resumir à mera classificação de tipos de textos. Como apontam Hemais e Biasi-Rodrigues (2005, p. 127), a teoria de Swales “foi inspirada em autores e áreas de estudo bastante variados, tais como a retórica, a lingüística sistêmico-funcional de Halliday, a antropologia e a etnografia, com a atenção voltada para o ensino/aprendizagem”.

Conjugando quatro perspectivas teóricas distintas – os estudos de folclore, os estudos literários, a lingüística e a retórica –, Swales antevê a reunião de elementos fundamentais para a definição de gênero: idéia de classe de eventos comunicativos, propósito comunicativo, traços especificados, razão ou lógica subjacente e terminologia, o que vai desembocar em sua definição de gênero (SWALES, 1990, p. 58):

Um gênero compreende uma classe de eventos comunicativos, cujos exemplares compartilham os mesmos propósitos comunicativos. Esses propósitos são reconhecidos pelos membros mais experientes da comunidade discursiva original e constituem a razão do gênero. A razão subjacente oferece o contorno da estrutura esquemática do discurso e influencia e restringe as escolhas de conteúdo e estilo. O propósito comunicativo é o critério que é privilegiado e que faz com que o objeto do gênero se mantenha focado estreitamente em determinada ação retórica compatível com o gênero. Além do propósito, os exemplares do gênero demonstram padrões semelhantes, mas com variações em termos de estrutura, estilo, conteúdo e público-alvo. Se forem realizadas todas as expectativas em relação àquilo que é altamente provável para o gênero, o exemplar será visto pela comunidade discursiva original como um protótipo. Os gêneros têm nomes herdados e produzidos pelas comunidades discursivas e importados por outras comunidades. Esses nomes constituem uma comunicação etnográfica valiosa, porém normalmente precisam de validação adicional.

É fato que, posteriormente, o autor efetua a revisão teórica de conceitos como o de propósito comunicativo e o de comunidade discursiva, mas é também verdade que a análise genérica, por meio de seu modelo CARS (*create a research space*), é ainda muito empregada em todo o mundo, conforme bem explicitam Hemais e Biasi-Rodrigues (2005, pp. 108-129).

Bazerman (2005, p. 19), por sua vez, inicia falando em texto como o responsável pela realização de um trabalho no grupo social. Em outras palavras, a produção, circulação e utilização dos textos compõem a organização em sociedade. De novo, reconhece-se a mediação da linguagem em tal organização, de modo que os

textos são vistos como parte das atividades sociais estruturadas – e não somente parte, mas parte de grande relevância.

A proposta de instrumentos conceituais e analíticos, quanto ao papel do texto na sociedade, leva Bazerman a reiterar que as palavras faladas ou escritas pelos indivíduos são afetadas pelos fatos sociais, que também influem na forma dos enunciados. Assim, a bem do êxito do processo comunicativo, buscar ações padronizadas em busca da coordenação de intenções e da sua codificação minoram as possibilidades de equivocada compreensão. E o incremento do êxito na interação entre os indivíduos por intermédio de padrões comunicativos redundam, inevitavelmente, no conceito de gêneros como “formas de comunicação reconhecíveis e auto-reforçadoras” (BAZERMAN, 2005, p. 29), cuja tipificação não apenas permite, mas, especialmente, direciona a natureza e a forma dos (bem como as reações aos) textos.

A relativa estabilidade genérica a que se referia Bakhtin (2003, p. 262) ressurgem se se considerar que a identificação de um gênero obedece ao que Bazerman reconhece como características sinalizadoras especiais e características textuais, quando toma como exemplo correspondências escritas que recebem carimbos de taxas de postagem particulares referentes a propaganda, prontamente reconhecidos pelo destinatário.

Desse modo, segundo Bazerman (2005, p. 31), gêneros são:

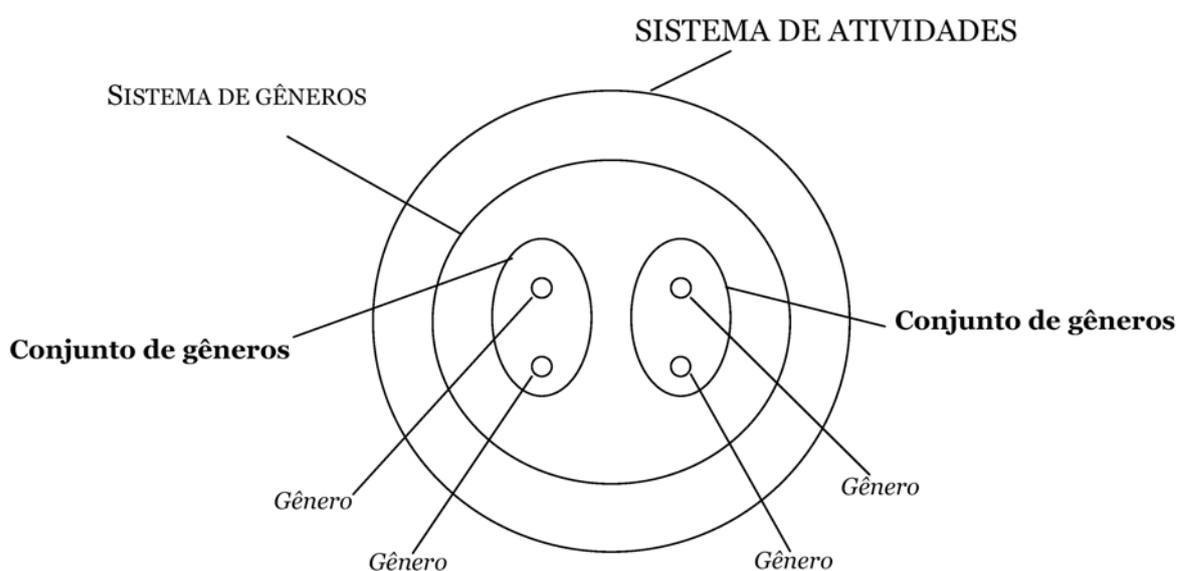
Fatos sociais sobre os tipos de atos de fala que as pessoas podem realizar e sobre os modos como elas os realizam. Gêneros emergem nos processos sociais em que pessoas tentam compreender umas às outras suficientemente bem para coordenar atividades e compartilhar significados com vistas a seus propósitos práticos.

Em suma, Bazerman propõe um interessante enquadramento genérico das atividades sociais ao fazer uso de conceitos que, mesmo sobrepostos, revelam aspectos configuradores diferenciados.

Tem-se o *conjunto de gêneros*, que vem a ser a série de textos demandados por um papel social, o que leva à identificação da natureza do trabalho desempenhado por um indivíduo, bem como das habilidades requeridas para construção dos próprios gêneros. O *sistema de gêneros*, por sua vez, reúne conjuntos de gêneros empregados por indivíduos de uma mesma organização e também os processos padronizados de construção. O *sistema de atividades* diz respeito à ação dos indivíduos, organizada de modo estruturado e mediada pelos gêneros (em maior ou menor grau, sejam eles orais ou escritos).

Para melhor visualização do modelo descrito por Bazerman, vejamos a figura que segue, elaborada para o presente trabalho:

**FIGURA 1– ENQUADRAMENTO GENÉRICO DAS ATIVIDADES SOCIAIS
(COM BASE EM BAZERMAN, 2005)**



No dizer de Bakhtin (1986, p. 112, destaque do autor), “qualquer que seja o aspecto da expressão-enunciação considerado, ele será determinado pelas condições reais da enunciação em questão, isto é, antes de tudo *pela situação social mais imediata*”. E, mais adiante (p. 113):

Deixando de lado o fato de que a palavra, como signo, é extraída pelo locutor de um estoque social de signos disponíveis, a própria realização deste signo social na enunciação concreta é inteiramente determinada pelas relações sociais.

Como se vê, a ampliação conceitual-teórica do que se entende como gêneros mudou o foco da estrutura textual como um fim em si mesmo para consolidar o enquadramento como ação social, historicamente situada e necessariamente intersubjetiva. A par das regularidades formais e de conteúdo que justificam a tipificação genérica, têm-se como igualmente relevantes suas condições de produção e recepção e os papéis sociais dos indivíduos participantes da interação dialógica, o que impulsiona a adoção da nomenclatura, também ampliada, de gêneros discursivos.

De tudo isso, entendo ser oportuno, e igualmente relevante, esclarecer que será principalmente em Bazerman que apoiarei, no momento adequado, minha análise dos dados nesta pesquisa.

Considerando que, primeiro, a remissão às condições sociais em que o uso lingüístico se insere implica, necessariamente, questões de poder e, segundo, que os gêneros discursivos constituem práticas discursivas inseridas nas práticas sociais, pelo que ganham importância os usos que as instituições fazem desses gêneros no grupo social, o foco volta-se, então, para questões de ideologia, temática do próximo tópico.

2.4 IDEOLOGIA

Sem a pretensão de oferecer uma conceituação última e definitiva, Eagleton reúne seis possíveis definições de ideologia “com um enfoque progressivamente mais nítido” (EAGLETON, 1997, p. 38), e que estão reunidas no quadro que segue, elaborado para este trabalho:

QUADRO 4 – IDEOLOGIA (DEFINIÇÕES EM EAGLETON, 1997)

<i>Definição</i>	<i>Síntese</i>
Processo material geral de produção de idéias, crenças e valores na vida social	Cultura
Idéias e crenças (verdadeiras ou falsas) que simbolizam as condições e experiências da vida de um grupo ou classe específico, socialmente significativo	Visão de mundo
Campo do discurso no qual os poderes sociais que se autopromovem conflitam e colidem acerca de questões centrais para a reprodução do poder social como um todo	Tipo de fala persuasivo
Ênfase na promoção e legitimação de interesses setoriais, restringindo-a, porém, às atividades de um poder social dominante	Unificação
Idéias e crenças que ajudam a legitimar os interesses de um grupo ou classe dominante, mediante, sobretudo, a distorção e a dissimulação	Anulação da oposição
Crenças falsas ou ilusórias, considerando-as porém oriundas não dos interesses de uma classe dominante, mas da estrutura material do conjunto da sociedade como um todo	Fetichismo das mercadorias (Marx)

Eagleton cita Benveniste para concordar com ele que ideologia diz respeito mais propriamente ao discurso do que à linguagem. Desse modo, Eagleton assevera que (1997, p. 22):

Não se pode decidir se um enunciado é ideológico ou não examinando-o isoladamente de seu contexto discursivo, assim como não se pode decidir, da mesma maneira, se um fragmento de escrita é uma obra de arte literária. A ideologia tem mais a ver com a questão de quem está falando o quê, com quem e com que finalidade do que

com as propriedades lingüísticas inerentes de um pronunciamento. (...) O fato então é que o mesmo fragmento de linguagem pode ser ideológico em um contexto e não em outro; a ideologia é uma função da relação de uma elocução com seu contexto social.

E corrobora sua posição de que ideologia constitui um fenômeno discursivo ou semiótico⁴, lembrando que ela desfruta de materialidade e está essencialmente relacionada a significados, recorrendo, nesse ponto, a Bakhtin. Assim, Eagleton (1997, p. 172) afirma:

Em sua visão [de Bakhtin], o domínio dos signos e o da ideologia são coextensivos: a consciência só pode surgir na corporificação material dos significantes, e como esses significantes são em si mesmos materiais, não são apenas “reflexos” da realidade, mas uma parte integral dela.

Todavia, no dizer do próprio Bakhtin (1986, pp. 35 e 66):

A consciência adquire forma e existência nos signos criados por um grupo organizado no curso de suas relações sociais. Os signos são o alimento da consciência individual, a matéria de seu desenvolvimento, e ela reflete sua lógica e suas leis.

(...)

Sabemos que cada palavra se apresenta como uma arena em miniatura onde se entrecruzam e lutam os valores sociais de orientação contraditória. A palavra revela-se, no momento de sua expressão, como o produto da interação viva das forças sociais.

Assim, não há como falar de linguagem e não tocar em assuntos de ideologia, afirmação com a qual discordo de Eagleton, para quem o enunciado pode ser ou não ideológico. Segundo Fairclough (1992), sobressaem três asserções sobre esse tema: a ideologia tem existência material nas práticas institucionais; o efeito ideológico da constituição dos sujeitos no discurso é marcante; os Aparelhos Ideológicos do Estado (AIEs)⁵ são locais e também marcas delimitadoras na luta de classes, pois (FAIRCLOUGH, 2001, p. 117):

⁴ Exatamente assim, distinguindo os dois conceitos, como se um fenômeno semiótico não fosse também discursivo, e vice-versa.

⁵ Conceito extraído de: ALTHUSSER, L. Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado: notas para uma investigação. In: ŽIŽEK, S. (Org.) *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

As ideologias são significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação.

Acercando-se tanto do uso lingüístico estrito quanto de formas simbólicas investidas ideologicamente, Fairclough nos direciona a John B. Thompson e ao que este denominou “*modos de operações gerais da ideologia*” (THOMPSON, 2002, p. 80, destaque do autor). E, para este trabalho, com o objetivo de facilitar a compreensão, tomei a liberdade de acrescentar à tabela de Thompson (2002, p. 81) a síntese da expressão de cada uma das estratégias simbólicas por ele arroladas, como se vê no quadro que segue:

QUADRO 5 – MODOS DE OPERAÇÃO DA IDEOLOGIA (THOMPSON, 2002)

<i>Modos gerais</i>	<i>Natureza</i>	<i>Estratégias típicas de construção simbólica</i>	<i>Expressão</i>
<i>Legitimação</i>	Representação das relações de dominação como justas e dignas	Racionalização	Cadeia de raciocínios
		Universalização	Acordos institucionais
		Narrativização	Tradição eterna e aceitável
<i>Dissimulação</i>	Ocultação/negação das relações de dominação	Deslocamento	Transferência de termos
		Eufemização	Despertamento de valoração positiva
		Tropo (sinédoque, metonímia, metáfora)	Uso figurativo da linguagem
<i>Unificação</i>	Construção de uma identidade coletiva	Estandardização/Padronização	Tomada de um referencial-padrão
		Simbolização da unidade	Símbolos de identidade
<i>Fragmentação</i>	Segmentação de indivíduos e/ou grupos	Diferenciação	Ênfase nas distinções
		Expurgo do outro	Construção de um inimigo
<i>Reificação</i>	Retratação da atemporalidade de situações históricas	Naturalização	Eliminação do caráter sócio-histórico
		Eternalização	Fenômenos permanentes
		Nominalização/Passivização	Apagamento de atores e de ação

Retornando a Eagleton (1997, pp. 19-20), ele tece considerações acerca do posicionamento de Thompson, criticando-o em dois pontos principais: a) nem sempre um corpo de crenças considerado ideológico associa-se ao poder político dominante, pois, se assim fosse, não haveria como enquadrar os grupos minoritários ou mesmo os de oposição ao poder; b) se, por sua natureza, o poder encontra-se em todo lugar, uma crença foucaultiana, então a ideologia também está, o que acarreta uma excessiva expansão conceitual tendente a enfraquecer a própria definição de ideologia.

Em contraponto, destaco a relevância de relacionar tais modos à sua provável inscrição na linguagem e, se isso ocorre, de que maneira. Fairclough (2001, p. 118) não só assevera “que a ideologia investe a linguagem” como reconhece que isso se dá de diversos modos e em níveis variados. Acrescenta ainda ser a ideologia uma propriedade comum às estruturas lingüísticas e aos eventos, o que impele a um equilibrado estudo do inter-relacionamento desses aspectos.

De fato, trata-se do próprio cerne de uma análise discursiva, de modo a um exame de um texto incluir “instâncias concretas de discurso” (id., p. 82), subsidiando uma aproximação em três dimensões: a da estrita análise textual, a dos processos de produção e interpretação e a do evento discursivo.

Um eficiente artifício de aproximação das estratégias de construção simbólica, e dos modos de operação da ideologia, reside no vocabulário – um dos itens propostos por Fairclough (2001, p. 103) para a análise textual. O autor chama a atenção para o fato de que o léxico de uma língua não se limita à documentação em dicionários, tendo em vista tanto a sobreposição quanto a competição de vocabulários, submetidos que são aos processos cambiantes de significação do mundo. Assim, a pesquisa pode-se direcionar às sugestões alternativas de lexicalização, de acordo com a intenção político-ideológica almejada, aos sentidos das

palavras, cuja disputa consagra formas de hegemonia, e às metáforas, tanto em suas implicações políticas quanto ideológicas.

No modelo de 2003, quanto à identificação e caracterização de discursos, Fairclough retoma a questão lexical como traço óbvio de distinção na representação do mundo de modos particulares, o que é ampliado e reforçado pelas relações semânticas construídas entre as palavras, relações essas nem sempre encontradas nos dicionários, mas estabelecidas de maneira específica em discursos particulares (FAIRCLOUGH, 2003, pp. 129-130). Aqui, o autor também toca na sobreposição vocabular de diferentes discursos, ressaltando que o emprego por estes das mesmas palavras não credencia à captação da mesma significação.

Segundo Bourdieu (1996, p. 25):

Produto da neutralização das relações práticas nas quais funciona, a palavra que serve para tudo encontrada no dicionário não tem nenhuma existência social: na prática, ela só existe imersa em situações, a ponto de o núcleo de sentido que se mantém relativamente invariável através da diversidade dos mercados poder passar despercebido.

Desse modo, as escolhas lexicais repercutem na maneira como os variados discursos representam elementos integrantes dos eventos sociais, o que leva de volta ao ponto das já mencionadas dimensões de análise discursiva indicadas por Fairclough (1992), que termina por questionar se todo discurso é ideológico (2001, p. 121). A resposta que propõe – de que os diversos tipos de discurso são ideologicamente investidos em diferentes graus – converge para a concepção crítica de ideologia sugerida por Thompson (2002, p. 76), em que o sentido presta-se ao estabelecimento e à sustentação de relações de dominação, assimétricas por natureza, e cujo decifrar nos remete aos modos de operação da ideologia aqui sintetizados.

Neste trabalho, considerando que o discurso parlamentar apresenta-se como um gênero discursivo em que se objetiva persuadir/convencer o ouvinte à custa da

argumentação, faz-se patente o caráter ideológico a ele inerente, pois, se a linguagem é uma prática social como defende a ADC, e, portanto, parte dos processos discursivos, por sua natureza, o tipo de texto sob análise revela-se eivado de disputas de poder pelo angariar da adesão dos ouvintes. Conforme Fairclough (1989, p. 23), “política consiste parcialmente em disputas e lutas que ocorrem na linguagem e sobre linguagem”. Com isso em mente, para a análise da ideologia, vou-me basear principalmente em Thompson (2002).

Considerando a interconexão que se insinua entre ideologia e argumentação, é para esta última que me voltarei no próximo tópico.

2.5 ARGUMENTAÇÃO E LINGÜÍSTICA TEXTUAL

Parte da educação formal na Antiga Grécia, a Retórica era tomada basicamente como o ensino de técnicas de oratória. No século IV, foi Aristóteles que a alinhou à Metafísica e à Dialética, descrevendo-a como o estudo lógico da argumentação que privilegia o verossímil, e não exatamente a verdade (PAIVA, 2004, p. 17). Conforme escreveu Tereza Halliday (1988, p. 68), o grande filósofo grego “nos conscientizou da fragilidade da ligação entre retórica e verdade e nos mostrou o elo forte que existe entre retórica e persuasão”.

De fato, a proposição aristotélica redundou no rompimento da concepção cartesiana da razão, em que se reduzia a prova à evidência. Descartes, em seus escritos, considerava “quase como falso tudo quanto era apenas verossímil”, e ainda: “Todas as vezes que dois homens formulam sobre a mesma coisa um juízo contrário, é certo que um dos dois se engana” (DESCARTES *apud* PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 2005, pp. 1-2).

Embora Aristóteles, por haver elaborado uma teoria formal da demonstração, seja tido como o grande precursor da Lógica Formal, seus raciocínios dialéticos nunca desfrutaram do mesmo prestígio e foram desprezados como de menor valor. Na verdade, a identificação daquela Lógica (a Formal) com a Lógica matemática reavivou o pensamento cartesiano, obscurecendo o conceito de argumentação presente na Retórica aristotélica.

Em grande parte, o descrédito de que a arte de bem dizer passou a ser alvo originou-se na sua inevitável associação ao excessivo uso de figuras de linguagem, que redundou em uma conotação pejorativa de discurso muito ornamentado, porém vazio (PAIVA, 2004, p. 17). Isso, aliado ao inegociável conceito que uma premissa deveria necessariamente ostentar, de a verdade ter de ser provada por evidências, manteve uma parte importante dos ensinamentos de Aristóteles quase intocada.

Em meados do século XX, em vários trabalhos, o filósofo Chaïm Perelman propõe o resgate da Retórica aristotélica, fundamentando, então, uma teoria da argumentação que não encontrava espaço para se disseminar ante o reducionismo à evidência a que eram submetidas as provas. Tendo como objeto o “estudo das técnicas discursivas que permitem *provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se lhes apresentam ao assentimento*” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 4, destaque dos autores), a proposta teórica surge como uma via alternativa entre os extremos do racionalismo e do irracionalismo. A Nova Retórica, como batizada por seu mentor, vem encarnar uma perspectiva pluralista e que se submete à auto-avaliação, de modo a não mais antagonizar com a razão tradicional, uma vez que o que se propôs foi sua complementação com a racionalidade argumentativa (MONTEIRO, 2003, pp. 44-45).

Na mesma obra, *Tratado da Argumentação: a Nova Retórica*, Perelman e Olbrechts-Tyteca elegem três grandes abordagens analíticas. A primeira refere-se ao

que eles chamam âmbitos da argumentação, ou os sujeitos que aí se inter-relacionam (o orador e o auditório); a segunda diz respeito ao ponto de partida, quanto ao acordo, à escolha dos dados e à sua apresentação; a terceira debruça-se sobre as técnicas argumentativas propriamente ditas: argumentos quase-lógicos, argumentos baseados na estrutura do real, ligações que fundamentam a estrutura do real, dissociação das noções e interação dos argumentos.

Nesse contexto, importa posicionar as categorias fundamentais da Nova Retórica, que aparecem a seguir em um quadro-resumo elaborado, para este trabalho, com base no valioso detalhamento analítico que consta de Monteiro (2003, p. 56-72):

QUADRO 6 – NOVA RETÓRICA (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 2005)

<i>Categorias</i>	<i>Aspectos</i>
<i>Argumentação</i>	Vida prática das relações humanas Teses em lugar de axiomas Contexto sócio-histórico
<i>Contato dos espíritos</i>	Adesão dos ouvintes Relação intersubjetiva Despertamento de convicções
<i>Auditório</i>	Interação orador-auditório Gêneros oratórios apropriados Tipos (universal, único interlocutor, o próprio orador)
<i>Persuasão e convencimento</i>	Persuadir (apelo emotivo) Convencer (apelo racional)
<i>Eficácia da argumentação</i>	Capacidade de dispor para a ação Adaptação do orador ao auditório
<i>Acordo</i>	Respaldo no senso comum do auditório Premissas de ordem muito geral Ponto de partida e forma: raciocínios
<i>Técnicas argumentativas</i>	Silogismos não-válidos ou válidos Ligação premissas – conclusões Analogias

Recordando que a intenção é a reabilitação da Retórica clássica, a metodologia da Nova Retórica vai buscar embasamento em três princípios:

a) aplicação do método utilizado na Lógica fregiana – o aposteriorismo, que prevê a dependência da experiência fática;

b) identificação da atividade argumentativa mediante a utilização de raciocínios dialéticos aristotélicos – premissas prováveis e que miram a adesão;

c) recuperação e adaptação de algumas categorias de Aristóteles dedicadas à Retórica – exclusão da arte oratória e das técnicas de expressão literária.

No dizer de Maneli (2004, p. 211), a Nova Retórica incorpora não somente uma filosofia, mas também uma metodologia para o novo século – este XXI –, uma vez que as premissas de rejeição ao positivismo e de promoção da atividade racional e razoável lançam-na como uma teoria para fins práticos e intelectuais:

A Nova Retórica não deve ser resumida a um método para destruir crenças estabelecidas e abalar os dogmas existentes. Na verdade, a Nova Retórica é basicamente um método para elaborar novas idéias e novos conceitos de vida. Seu principal objetivo não é somente criticar por criticar, mas oferecer críticas a fim de encontrar novas soluções para novos e velhos problemas.

Nesse contexto, importa ressaltar dois pontos que subjazem aos escritos de Perelman como um todo. Primeiro, uma argumentação eficiente só se estabelece se houver espaço para o diálogo e para a controvérsia (a adesão dos espíritos), o que somente ocorre em ambientes democráticos; segundo, trata-se de “uma técnica capaz de *substituir a violência*”, pois, enquanto esta se baseia na coerção, aquela busca a adesão (MONTEIRO, 2003, p. 16, destaque meu).

É de frisar, no entanto, que, se a tese perelmaniana de uma teoria argumentativa encontra-se embasada na Retórica aristotélica, faz desta uma recriação construtiva, afastando-se de sua fonte em alguns aspectos. Em síntese, à Nova Retórica não pertencem estudos estritos de eloquência ou oratória, mas aqueles

relativos ao estudo lógico dos mecanismos do pensamento, privilegiando-se as estruturas argumentativas em si mesmas, e em textos escritos, sendo que todo o processo está direcionado também a um auditório universal.

Para este trabalho, a ponte entre uma proposta (oriunda da Filosofia) de uma teoria argumentativa e a análise da estruturação lingüística começa a ser divisada quando Perelman e Olbrechts-Tyteca asseveram a necessidade de critérios incontrovertidos quanto à distinção entre enunciados referentes a fatos e a valores com base em “um acordo relativo aos elementos lingüísticos sem os quais nenhum juízo pode ser formulado” (2005, p. 579).

Prosseguem os autores afirmando que a linguagem, um dos elementos coesivos de um grupo social, não se sujeita à arbitrariedade do indivíduo, nem tampouco se posiciona como mero reflexo de uma realidade objetiva. Por isso, a compreensão dos termos e dos usos cinge-se ao contexto sócio-histórico e cultural, aos acordos estabelecidos em sociedade – que implicam tomada de posição, explícita ou implícita –, especialmente porque transcendem a mera comunicação para configurar instrumento de ação sobre o outro. Aqui, volta-se ao ponto em que apenas uma argumentação prévia, baseada em razões não-coercivas, pode, efetivamente, desembocar em escolhas racionais, que só se estabelecem e se fazem valer em uma ambiência democrática.

Proposição filosófica em uma extremidade da ponte a que há pouco se referiu, a teoria argumentativa tem no outro extremo a Lingüística Textual (LT), que lhe vai conferir os instrumentos apropriados de investigação, do ponto de vista lingüístico, das estruturas reveladoras de sua eficácia.

Desde seu surgimento na segunda metade da década de 1960, o percurso teórico trilhado pela Lingüística do Texto vem-se aprimorando de modo a melhor aparelhá-la ante as questões que se lhe apresentam. As sucessivas reconfigurações –

ou “viradas”, no dizer de Koch (2004) – somente têm a acrescentar às pesquisas, dado que assim é que se estabelece, se renova e se revigora o conhecimento científico.

Das primeiras análises interfrásticas – e o conseqüente privilégio ofertado ao sistema gramatical da língua – passou-se às análises transfrásticas, o que veio embasar a construção das gramáticas textuais e a percepção do texto como produto. Assim, o inter-relacionamento de enunciados completos alimenta o estudo das estruturas lingüísticas, consideradas então como seqüências de frases, em que o componente semântico alcança vital relevância nos postulados teóricos pertinentes à construção de sentido.

O passo seguinte, ancorado na visão do texto como unidade básica na interação humana, foi a recepção dos modelos pragmáticos: “Já não se trata de pesquisar a língua como sistema autônomo, mas sim o seu funcionamento nos processos comunicativos de uma sociedade concreta” (KOCH, 2004, pp. 13-14). Acresce, pois, em importância, o conceito de interação entre os sujeitos, dado que o uso lingüístico constitui apenas uma das atividades passíveis de desempenho pelo indivíduo, levando à aproximação do texto como processo.

A subseqüente reelaboração teórica da LT firmou-se sobre a cognição, ou seja, sobre as operações mentais de que resultariam os textos. Não que, nesse ponto, tenha-se renegado o aspecto interativo da linguagem há pouco explicitado; pelo contrário, ele é ampliado, uma vez que os interlocutores trazem para o cenário conhecimentos, expectativas e experiências, certamente influenciadores nos processos tanto de produção quanto de compreensão textual (KOCH, 2004, p. 21).

Aliam-se, desse ponto em diante, pois, operações mentais, condições socioculturais e escolhas textuais, de modo a condicionar a tessitura de um texto, suplantando a concepção clássica de cognição que separa os fenômenos mentais dos sociais e abrindo espaço para a perspectiva sociocognitivo-interacionista da

linguagem, em que “o texto passa a ser considerado o próprio *lugar* da interação e os interlocutores, sujeitos ativos que – dialogicamente – nele se constroem e por ele são construídos” (KOCH, 2004, p. 33, destaque da autora).

Semelhantemente, as ferramentas analíticas também vêm-se aperfeiçoando, em busca de resguardar a simetria que deve prevalecer entre teoria e prática. Os grandes conceitos de coesão e de coerência têm alimentado as pesquisas em LT e ensejado a pormenorização categorizante dos estudos, que abrangem, principalmente, os modos de articulação textual, progressão textual, estratégias discursivas de construção do sentido, estruturas informacional e temática, seleção lexical, polifonia, operadores argumentativos, discursividade dos tempos verbais, referenciação.

Desse modo, as marcas lingüísticas que porventura se extraíam para estudo parecem revelar as intenções dos atores do discurso – interlocutores que se influenciam de modo recíproco – e apontam para o caráter eminentemente argumentativo da linguagem, uma vez que a neutralidade ideológica de um texto não mais se firma como axioma. Por tudo isso, a Teoria da Argumentação e a LT desfrutam de uma relação interdisciplinar assaz frutífera no que diz respeito ao estudo do texto na sua mais avançada conceituação.

No que se refere especialmente ao discurso político, Fairclough (2000, p. 85) recorre aos conceitos aristotélicos e realça dois aspectos inerentes à qualidade do trabalho daquele tipo discursivo: o enunciador do discurso tem, no aspecto intelectual, “a qualidade da posição política articulada, sua contribuição para a construção de um discurso político” e, no aspecto retórico, a “capacidade de entusiasmar e mobilizar pessoas, de capturar sua imaginação”.

Fairclough conclui que discursos políticos realmente importantes atacam nas duas frentes e, ao deixar claro tratar-se de uma divisão apenas didática, explica que a

característica inerente de o discurso político tornar-se algo público implica, necessariamente, o início de um trabalho persuasivo, já que, por isso, vai integrar uma *performance* política.

Nos casos de sucesso, personalidades políticas imprimem sua marca nos discursos de tal modo que estes passam a valer como identificação. No Brasil, são de citar eloqüentes figuras políticas como Getúlio Vargas, Carlos Lacerda, Ulysses Guimarães, San Tiago Dantas, célebres por suas peculiares maneiras, de pensar e de se expressar.

À inter-relação discurso-retórica, Fairclough agrega a dimensão entre argumentação e envolvimento para concluir que em qualquer discurso político os aspectos intelectual e retórico materializam-se, quanto ao primeiro, na classificação dos temas políticos, e quanto ao segundo, na argumentatividade política, sem desconsiderar que, nesse quadro, um discurso pode refletir tanto continuidade quanto mudança.

Conclui-se aqui o que pretendia cotejar como referenciais teóricos para o presente trabalho. Todavia, não se deve perder de vista que a apresentação, em separado, de cada abordagem justifica-se por questões didáticas apenas. Tendo como elo coesivo subjacente entre os enfoques a interconectividade material lingüístico-relações sociais, as teorias-peças parecem encaixar-se, cada uma em seu lugar próprio (de acordo com suas perguntas fundadoras), formando o todo do discurso-quebra-cabeça.

Uma vez que se trata de um elemento no conjunto de sistemas de significados que constituem a cultura humana, o sistema lingüístico organiza-se em complexidade de acordo com as demandas que sobre si recaem nos contextos sociais. E as escolhas dos falantes nesses contextos estão longe de se constituírem ingênuas, pois a construção cultural que embasa o processo de interação não se abstém de encerrar

relações de poder, visando a assuntos de hegemonia, ainda que não explicitamente. Por isso, a construção discursiva não se pode abster do recurso mesmo à controvérsia para a consecução de seus objetivos.

Nesse entrecruzamento de postulados, o texto surge como elemento mediador e é o objeto que reúne, em torno de si, as propostas teóricas aqui levantadas, para as quais, na presente pesquisa, intentarei oferecer uma aplicação mediante o exame do gênero discurso parlamentar. Sigamos, pois, na companhia de meus mentores rumo à próxima estação, aquela em que será detalhada a metodologia de análise.

Terceira Estação: MAPA METODOLÓGICO

3.1 REPASSANDO O ROTEIRO...

Partindo da reiteração da tese de que, em ciências sociais, pesquisas neutras a respeito do comportamento humano e das instituições sociais jamais são, de fato, neutras, o livro *Researching language: issues of power and method* (CAMERON *et al.*, 1992) aproxima-se dos conceitos de poder e de conhecimento – e da relação intrínseca entre ambos – para investigar se uma pesquisa – processo e resultados – pode reverter em benefício tanto do pesquisador quanto do(s) pesquisado(s). E mais, em caso afirmativo, como isso é operacionalizado.

Em outras palavras, por que meios uma pesquisa revela-se “fortalecedora”, em uma tentativa de traduzir *empowering research*. Relembrando Michel Foucault (CAMERON *et al.*, 1992, p. 4), tem-se que o poder do discurso é o que verdadeiramente controla o homem moderno, pelo que as pesquisas lingüísticas ganham em relevância e também responsabilidade, afinal “interação lingüística é interação social, e por isso, o estudo do uso da linguagem é fundamental para nossa compreensão de como relações sociais opressivas são criadas e reproduzidas”.

A reflexão prossegue no sentido de que o processo de pesquisa se impregna das subjetividades do pesquisador de modo a influenciar tanto nas questões de pesquisa quanto na busca das respostas. Assim, essa subjetividade deve contar como um

elemento do objeto de estudo do mesmo modo que os sujeitos pesquisados devem ser tomados também como participantes, e não apenas como indivíduos observados.

Sem entrar aqui nos meandros epistemológicos das concepções relativas às pesquisas sociais, ressalta notar que estudos lingüísticos não devem ser dissociados dos aspectos sociais e políticos que lhes dão suporte e lhes são intrínsecos. Desse modo, no que diz respeito aos benefícios possivelmente auferidos em uma pesquisa, os autores reconhecem que o fenômeno fortalecedor reside na “pesquisa sobre, para e com” (CAMERON *et al.*, 1992, p. 22). Tal postura implica a interação entre pesquisador e pesquisado, que se estende à adequação da metodologia, das questões a perseguir, das agendas de um e outro, o que, por evidente, vem-se refletir na produção de conhecimento situado social e historicamente.

Embora a presente dissertação não se abrigue no tradicional conceito de pesquisa fortalecedora que acabei de delinear – e que implicaria trabalhos etnográficos –, tomo a liberdade de considerar esse mesmo conceito sob uma ótica mais abrangente: ainda que não seja este o caso de uma interação *tête-à-tête* com os legítimos enunciadores do discurso parlamentar, reluz cristalina a intenção de “fortalecimento” no sentido de asseverar tanto a importância do processo de construção do conhecimento naquele campo quanto a aneutralidade das estruturas – léxicas, sintáticas, semânticas e assim por diante –, empregadas, pois, como afirma Gill (BAUER & GASKELL, 2004, p. 250): “Não existe nada ‘simples’, ou sem importância, com respeito à linguagem”.

De acordo com Flick (2004, p. 20), são relevantes aspectos da pesquisa qualitativa a apropriabilidade metodológica e teórica, a diversidade de perspectivas dos participantes, a reflexividade do pesquisador e da pesquisa, e a variedade de abordagens e métodos. De fato, a própria importância da pesquisa qualitativa é

incrementada no estudo das relações sociais, sucessivamente alteradas, ampliadas, amalgamadas.

Ainda segundo o autor, existem abordagens diferenciadas na pesquisa qualitativa “em suas suposições teóricas, no modo como compreendem seu objeto e em seu foco metodológico” (FLICK, 2004, p. 33). No entanto, mesmo com a diferenciação de abordagens, elas convergem em mais alguns importantes traços como: *verstehen*⁶ como princípio epistemológico; reconstrução de casos como ponto de partida; construção da realidade como base; textos como material empírico (id., 2004, pp. 42-43).

Bauer, Gaskell e Allum (BAUER & GASKELL, 2004) reconhecem que os fenômenos sob estudo necessitam, e requerem, variados métodos e dados que sejam satisfatoriamente empregados na sua descrição e interpretação. Para tanto, na investigação social, distinguem quatro dimensões em que a combinação de seus elementos responde pela descrição do processo de pesquisa. São elas: o delineamento da pesquisa (princípios estratégicos), a coleta de dados, a análise dos dados e os interesses do conhecimento, em uma franca intersecção de ferramentas quantitativas e qualitativas.

“Um pluralismo metodológico se origina como uma necessidade metodológica” (BAUER *et al.*, 2004, p. 18). Essa a frase que pinçaria daqueles autores em resposta a hipotético questionamento acerca da ainda eloqüente dicotomia viés qualitativo X viés quantitativo em pesquisa social.

Em crítica a equivocadas distinções quanto a esses dois tipos de pesquisa, os autores são incisivos (id., 2004, p. 20):

⁶ *Verstehen* (do alemão) = compreender, entender. Sob este princípio, “busca-se entender a opinião de um sujeito ou de diferentes sujeitos, o curso de situações sociais (conversas, discurso, processos de trabalho), ou as regras culturais ou sociais para uma situação” (FLICK, 2004, p. 42). O termo foi traduzido como “compreensão hermenêutica” (BAUER *et al.*, 2004, p. 31).

Defendemos a idéia de que todas as quatro dimensões devem ser vistas como escolhas relativamente independentes no processo de pesquisa e que a escolha qualitativa ou quantitativa é primariamente uma decisão sobre a geração de dados e os métodos de análise, e só secundariamente uma escolha sobre o delineamento da pesquisa ou de interesses de conhecimento.

E ainda (id., 2004, p. 35):

A prontidão dos pesquisadores em questionar seus próprios pressupostos e as interpretações subseqüentes de acordo com os dados, juntamente com o modo como os resultados são recebidos e por quem são recebidos, são fatores muito mais importantes para a possibilidade de uma ação emancipatória do que a escolha da técnica empregada.

O que desejam ressaltar é a inexistência de um supermétodo de pesquisa social, cuja excelência justifique o desprezo dos demais. Na verdade, cada um deles possui vantagens e limitações, características bastantes para serem selecionados e aplicados às diversas situações sociais e seus também variados dados.

Maurizio Gnerre (1991, p. 5), lembrando Pierre Bourdieu, afirma que “o poder da palavra é o poder de mobilizar a autoridade acumulada pelo falante e concentrá-la num ato lingüístico”, do qual um dos mais eloqüentes exemplos é o discurso político, hiperônimo do sintagma *discurso parlamentar*, aqui abordado.

Trata-se, de fato, de uma das práticas sociais estruturadas, na Câmara dos Deputados, que mais visibilidade oferece ao parlamentar, uma vez que, mediante a expressão de opiniões, do posicionamento político, ainda que afeta a um gênero integrante da ordem discursiva da Casa, desfruta de reconhecimento não apenas internamente, mas repercute para além das fronteiras institucionais, especialmente nos meios de comunicação de massa, alimentados por veículos como a TV Câmara, a Rádio Câmara, o Jornal da Câmara, além da publicação no Diário do Congresso Nacional (DCN) e a retransmissão pelo programa radiofônico Voz do Brasil.

Essa a exemplificação do que trata Bourdieu (1996, p. 119) quando afirma que:

Na verdade, como toda linguagem veiculada por um grupo é uma linguagem autorizada, investida da autoridade desse grupo, ela autoriza o que designa e ao mesmo tempo o exprime, extraindo sua legitimidade do mesmo grupo sobre o qual exerce sua autoridade e para cuja produção como grupo contribui oferecendo-lhe uma expressão unitária de suas experiências.

De acordo com Gill (2004, p. 247), quatro grandes temas são contemplados pela análise de discurso:

- 1) o estudo do discurso “em si mesmo”;
- 2) a linguagem sob uma visão dialética (ao mesmo tempo em que constrói é construída);
- 3) o discurso como forma de ação;
- 4) a certeza da organização retórica do discurso.

Tendo em mente essa ampliada ótica dos estudos relativos à linguagem, parece sensato acompanhar a autora, que prossegue afirmando ser “muito mais fácil discutir os temas centrais da análise de discurso do que explicar como concretamente fazer para analisar textos”, uma vez que não se dispõe de receitas ou manuais.

Evidentemente, do ponto de vista da Análise de Discurso Crítica, tal afirmação também se aplica, o que de forma alguma invalida as pesquisas realizadas na área. Na verdade, a ausência de fórmulas engessantes abre espaço para o entrecruzamento tanto de categorias analíticas quanto de postulados teóricos, o que dá corpo ao aclamado viés interdisciplinar afeto à área de pesquisa.

No presente trabalho, e de acordo com todas essas considerações, é basilar a pesquisa qualitativa, portanto, de cunho interpretativo, “fundamentada em uma argumentação detalhada e uma atenção cuidadosa ao material que está sendo estudado” (GILL, 2004, p. 266).

Desse modo, a análise aqui proposta pretende focalizar o discurso parlamentar em um de seus fóruns legítimos de enunciação – a Câmara dos Deputados –, a fim de

obter respostas para as seguintes questões, como já enumeradas na introdução deste trabalho:

- 1) é o discurso parlamentar uma prática discursiva eloqüente quanto a modos de agir, de representar e de ser?
- 2) qual a relevância do discurso parlamentar na ordem do discurso em que se insere?
- 3) de que maneira as representações ideológicas marcam o discurso parlamentar?

Tendo a Análise de Discurso Crítica como principal suporte teórico, importa sintetizar alguns pontos relativos a seu perfil também metodológico, que se vem aprimorando à medida que as pesquisas avançam. Na verdade, o caráter científico da ADC não mais se discute, tendo em vista o pleno preenchimento dos requisitos para tal classificação, principalmente as reformulações teóricas que se agregam ao já estável quadro, uma vez que uma ciência só o é de fato se, submetida ao falseamento de suas hipóteses, segue resistindo na apresentação de respostas que, por sua vez, pavimentam o caminho para novas perguntas.

Além disso, como a ADC se firma sobre o discurso como elemento integrante do mundo social – fator em comum com diversas outras áreas das ciências sociais –, chama a si a responsabilidade de coordenar um movimento de cunho transdisciplinar entre diversas teorias, trazendo diferentes perspectivas para a Análise de Discurso.

Não reside aí nenhum demérito para a ADC como teoria e/ou método, dado que essa fraterna simbiose contribui para o recíproco desenvolvimento das disciplinas envolvidas. Em última instância, ganha a produção do conhecimento, que se vê esteado em quadros metodológicos sempre renovados.

No dizer de Chouliaraki & Fairclough (1999, p. 16):

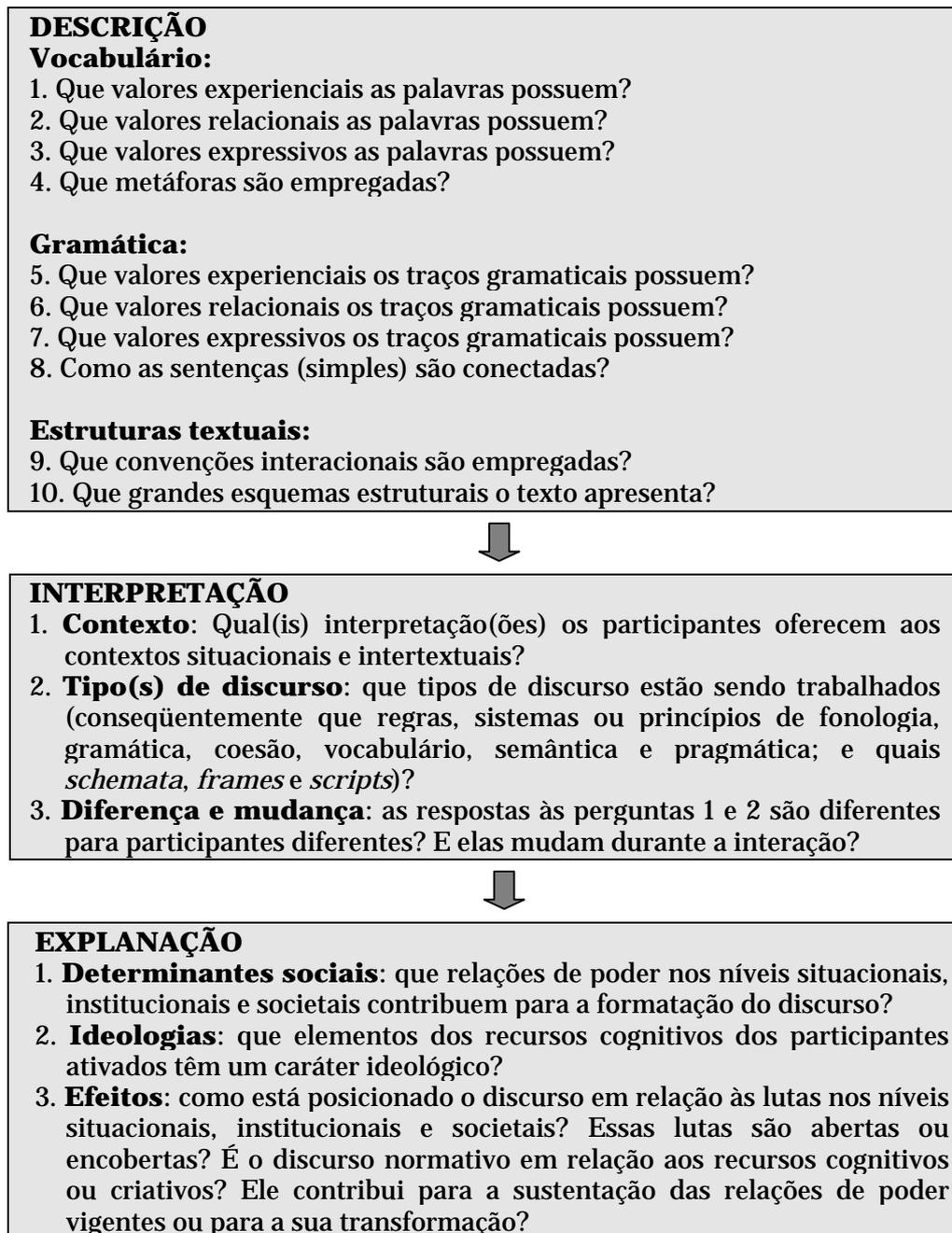
Nós vemos a ADC como propiciadora do diálogo entre várias teorias, especialmente, de um lado, as teorias sociais e, de outro, as teorias lingüísticas, de modo que sua teoria é uma síntese intercambiante de outras teorias, embora ela mesma teorize, em particular, acerca da mediação entre o social e o lingüístico – a “ordem do discurso”, a estruturação social do hibridismo semiótico (interdiscursividade).

Em Pedro (1997, pp. 33-36), apresentam-se aspectos metodológicos da ADC, quais sejam a consciência do conceito das escolhas lingüísticas, que resultam de, e em, relações sociais particulares; o texto como unidade relevante de estudo – o que, no estágio atual da ADC, inclui não somente as estruturas lingüísticas, mas pode oferecer suporte ao estudo da linguagem visual, como nas rápidas e incipientes referências de Fairclough (especialmente, 1989, pp. 27, 207-8), ou multimodalidade (imagens e sons), como consta de Kress & van Leeuwen (1996) –; o recurso ao arcabouço das teorias lingüísticas, por exemplo, a Lingüística Sistemico-Funcional (LSF) de Halliday; o aparelhamento da própria Lingüística quanto à interpenetração nada aleatória entre linguagem e questões sociais, quanto à ideologia e às relações de poder.

Fairclough (1989) apresenta-nos um modelo, que se aproxima do discurso, baseado no que considera os três mais relevantes estágios de análise, tendo como ponto de partida o texto, mas que vai além dele, como o próprio conceito exige. O primeiro passo é a descrição (traços textuais); o segundo, a interpretação (processos discursivos); e o terceiro, a explicação (relação entre discurso e relações de poder).

Segue-se uma representação esquemática (elaborada para este trabalho) do que consta em Fairclough (1989, pp. 110-139, 162 e 166):

QUADRO 7 – ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA – MODELO (FAIRCLOUGH, 1989)



Chouliaraki & Fairclough (1999, p. 60), também focando a ADC como metodologia, oferecem um modelo de análise que, em síntese, abrange o problema (a vida social traduzida pelo discurso); os obstáculos à sua resolução (análises da conjuntura, da prática discursiva e do discurso); a função do problema na prática; os

possíveis meios de sobrepujar os obstáculos; e a reflexão sobre a investigação empreendida.

Segundo os autores, o modelo está ancorado nas questões da vida social, na crítica e no discurso, sem desprezar os conceitos de ordens do discurso e interdiscursividade. Em qualquer análise que se julgue abrigada pela ADC, pressupõem-se interconectadas as esferas da estrutura e da interação, ecoando a temática da transdisciplinariedade há pouco comentada.

Para a presente pesquisa, no que se refere aos dados propriamente, serão analisados dois discursos parlamentares, de Pequeno Expediente, retirados, de modo aleatório, o Discurso nº 1 (Disc1), de PAIVA (2004), e o Discurso nº 2 (Disc2), da página eletrônica da Câmara dos Deputados (acesso em 06/02/2006). E, em consonância com os pressupostos teóricos explicitados no capítulo precedente, importa, neste momento, detalhar por meio de quais categorias analíticas se dará a aproximação dos textos.

3.2 ADC: OS SIGNIFICADOS EM FAIRCLOUGH (2003)

Do modelo teórico proposto por Fairclough em 2003, foram capturados os significados ali descritos – acional, representacional e identificacional –, nos quais se elegeu uma categoria em cada um deles para a análise que oportunamente se fará.

Do *significado acional* e sua base no gênero como modo de estudo do texto na interação social, destacou-se a *intertextualidade*, que permite acessar as diversas vozes presentes no texto. Fairclough, na mesma obra, vai um pouco além desse conceito clássico e sugere a investigação também das vozes que são deixadas fora do texto, e das razões por que isso acontece.

Fairclough (2001, p. 114) define intertextualidade como “basicamente a propriedade que têm os textos de ser cheios de fragmentos de outros textos, que podem ser delimitados explicitamente ou mesclados e que o texto pode assimilar, contradizer, ecoar ironicamente, e assim por diante”, com fundamento no cotejo entre Foucault, para quem “não pode existir enunciado que de uma forma ou de outra não realize novamente outros enunciados”, Bakhtin (e sua translingüística, em que textos ou enunciados são elos de uma cadeia que respondem e, ao mesmo tempo, antecipam outros enunciados e textos) e Kristeva (que cunhou o termo “intertextualidade”, postulando a historicidade inerente aos textos) (id., 2001, pp. 72, 133-134).

Além disso, Fairclough biparte o conceito em intertextualidade manifesta e intertextualidade constitutiva (ou interdiscursividade), que, respectivamente, implicam a explícita presença de outros textos na superfície textual (aspas, verbos *dicendi*) e o inter-relacionamento de diferentes discursos, em subordinação às ordens de discurso. Por evidente, não se trata de mera questão de linguagem textual, mas traços intertextuais revelam uma dimensão da prática social: as possibilidades não se dão à revelia, uma vez que restrições no campo social as emolduram, especialmente as relações de poder.

Intertextualidade também está associada ao conceito de recontextualização e à conseqüente reconfiguração que a transferência de contextos provoca. Daí destaca-se o enquadre de vozes, pois se a representação delas pode ser realizada gradualmente – de mais concretas a mais abstratas –, como essas vozes surgem, sob que ordenação, ou se não aparecem, aponta para as questões de hegemonia há pouco citadas, bem como pode desvelar o alcance ideológico que impregna o texto (FAIRCLOUGH, 2003, p. 51).

Do *significado representacional*, voltado para o discurso como modo de representação de aspectos do mundo, selecionou-se a *interdiscursividade* para análise, tendo em vista que a articulação de diferentes discursos nos textos aponta para a dialogia, talvez mesmo para a polêmica entre esses discursos. A primazia do que se tem como ordem do discurso é que vai permitir a constituição (heterogênea) do texto; assim, a cooptação das diversas convenções discursivas resultará em discursos híbridos.

Tendo como elementos das ordens de discurso, do menos autônomo para o mais autônomo, o tipo de atividade, o estilo, o discurso e o gênero, é de lembrar que convenções limitam a prática discursiva, uma vez que “os limites entre os elementos estão constantemente abertos para serem redesenhados à medida que as ordens de discurso são desarticuladas e rearticuladas no curso da luta hegemônica” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 159).

Apontada como um nível analítico mediador entre a análise lingüística de um texto e a análise social de eventos e práticas sociais, a interdiscursividade alimenta tanto relações “retrospectivas” quanto “prospectivas” na cadeia genérica (FAIRCLOUGH, 2003, p. 35).

Do *significado identificacional*, sobressai o estilo, a relação entre os atores sociais que estão presentes no texto e cujas marcas serão buscadas por meio da *modalidade*.

Para Fairclough (2001, p. 180):

A modalidade trata da relação entre os produtores e as proposições, do comprometimento ou, inversamente, do distanciamento entre produtores e proposições: seu grau de ‘afinidade’ com elas, como Hodge e Kress (1988) denominam.

E prossegue afirmando que essa afinidade não é exclusiva entre o(s) produtor(es) e a representação do mundo, mas estende-se à relação entre produtor e demais participantes da interação.

Classificada (FAIRCLOUGH, 2001, p. 200) em subjetiva (explicitação da base subjetiva do grau de afinidade) e objetiva (implicação da base subjetiva), a modalidade tem grande importância social, pois pode oferecer um caminho para a contestação e para a transformação, já que passeia entre a representação das relações sociais e a significação do mundo. E, como parte do processo de construção identitária, que, por sua vez, emerge da configuração das relações sociais, a modalidade sintetiza o comprometimento dos atores sociais – em variados graus – quando do desempenho dos atos de fala.

Por sua vez, a distinção entre modalidade epistêmica e modalidade deôntica, exposta por Fairclough em 2003, dá-se, em termos gerais, em que, enquanto a modalidade epistêmica (que inclui valores de verdade, seja a representada, seja a fática) refere-se às trocas de conhecimento (declarações e perguntas), a modalidade deôntica (que inclui obrigação, necessidade) atém-se às trocas de atividade (pedido/ordem e oferta) (FAIRCLOUGH, 2003, pp. 167-8).

Embora a modalidade configure um conceito bastante amplo, do ponto de vista lingüístico, têm-se como seus marcadores explícitos arquetípicos os verbos modais (poder, dever), e também os advérbios e adjetivos modais, participios, verbos de processo mental, discurso relatado, entonação.

Ao se considerar que a modalidade pode bem constituir uma maneira de tornar universal um discurso particular, especialmente no caso da categoria objetiva, quando não esclarece qual o ponto de vista representado, resta claro que estão aí implicadas relações de poder, que se farão notar, ou não, em conformidade com os interesses do poder hegemônico.

Para concluir, não se pode esquecer que os significados aqui explicitados desfrutam de uma relação dialética, “isto é, há um senso em que cada um ‘internaliza’ os outros” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 29).

Postas as categorias para a ADC, vejamos agora a teoria de gêneros.

3.3 CONFIGURAÇÃO GENÉRICA

Considerando Bakhtin (2003, p. 263), e sua diferenciação entre gêneros do discurso primários e secundários, pode-se inserir o discurso parlamentar nos secundários, pois que constitui um tipo textual que se caracteriza por uma maior complexidade em relação à espontaneidade intrínseca aos gêneros primários, ainda que, por evidente, aqueles tenham origem nestes últimos.

O discurso parlamentar propicia a confluência das modalidades oral e escrita da língua, inscrevendo na categoria dos gêneros discursivos uma tipificação bastante específica e que nem por isso deixa de se coadunar com o que Bakhtin chama de estilos lingüísticos ou funcionais, que vêm a ser “estilos de gênero de determinadas esferas da atividade humana e da comunicação” (BAKHTIN, 2003, p. 266).

De Swales (1990), que define gênero mediante a reunião do que ele denomina elementos fundamentais, pode-se aplicar, quanto ao discurso parlamentar, a idéia de classe de eventos comunicativos (prática discursiva que permeia a atividade parlamentar), propósito comunicativo (desempenho do papel de parlamentar no âmbito da Câmara dos Deputados e sua repercussão fora dela), traços especificados (rituais de proferimento), razão ou lógica subjacente (parte importante do processo legislativo) e terminologia (conformação lingüístico-discursiva específica).

Mas é com base em Bazerman (2005) que parece mais interessante situar o discurso parlamentar entre os diversos outros gêneros discursivos típicos da Câmara

dos Deputados, de modo a encaixá-lo no amplo espectro do *sistema de atividades* descrito pelo autor e que engloba o(s) *sistema(s) de gêneros*, que, por sua vez, abriga(m) o(s) *conjunto(s) de gêneros*. Portanto, a intenção é realizar essa categorização de acordo com a Figura 1, representada à página 50.

Próximo ponto, a ideologia.

3.4 IDEOLOGIA: MODOS E MARCAS

Dos cinco *modos de operação da ideologia* propostos por Thompson (2002, p. 80), foram escolhidos três e, de cada um deles, uma estratégia típica de construção simbólica. Um e outro recortes justificam-se tanto pela relevância quanto à configuração do discurso parlamentar como também pelas limitações características à natureza do presente trabalho.

O primeiro modo pinçado de Thompson foi a *legitimação*, que se propõe a fazer crer serem “justas e dignas de apoio” as relações de dominação vigentes no grupo social. Aqui a estratégia selecionada foi a *universalização*, ou a apresentação de acordos institucionais como de interesse homogêneo, quando, na verdade, contempla-se o interesse de uma parcela apenas do grupo. Para bem compor tal astúcia, esses mesmos acordos são tidos como francamente receptivos a qualquer indivíduo que queira neles se imiscuir e “que tenha a habilidade e a tendência de ser neles bem sucedido” (THOMPSON, 2002, p. 83).

O segundo modo de operação da ideologia vem a ser a *unificação*: as identidades individuais, com todas as suas idiossincrasias, são diluídas e retomadas como algo uno, “numa identidade coletiva” (THOMPSON, 2002, p. 86). Aqui aflora a estratégia denominada *padronização* (ou *standardização*, conforme tabela constante da p. 81 da referência), que envolve a adaptação das formas simbólicas a

um referencial tomado como padrão, o que implica não somente a aceitabilidade, mas também o compartilhamento por todo o grupo.

O terceiro modo eleito para este trabalho foi a *fragmentação*, em que se percorre o caminho inverso da unificação, há pouco descrita. Aqui, o propósito é segmentar grupos e indivíduos de modo a enfraquecê-los e a qualquer desafio que tentem impor às relações de dominação vigentes. O rótulo *expurgo do outro* para a estratégia típica escolhida resume as ações de cuidadosamente construir um inimigo, cuja periculosidade é mais que justificadora para uma reação contundente (THOMPSON, 2002, p. 87).

A busca, por intermédio da estruturação lingüística, dessas estratégias nos discursos parlamentares em estudo se dará pela investigação do léxico neles presente, lembrando que, na Teoria Social do Discurso, esse conceito vai muito além das palavras tais como vêm arroladas nos dicionários.

A seguir, a última perspectiva de análise, as teorias da argumentação e do texto.

3.5 CATEGORIZAÇÃO ARGUMENTATIVA E TEXTUAL

Do sugerido por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) como fundamentos da Nova Retórica, desejo destacar a categoria relativa ao “*contato dos espíritos*” – a adesão dos ouvintes. A busca da concórdia entre o orador e os destinatários do discurso demanda uma relação intersubjetiva. Desse modo, ao tempo da argumentação, pressupõem-se ações e reações recíprocas que construam a conformação final de todo o processo argumentativo, pois “fazer parte de um mesmo meio, conviver, manter relações sociais, tudo isso facilita a realização das condições

prévias para o contato dos espíritos” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 19).

Tais condições prévias para “a formação de uma comunidade efetiva dos espíritos” seriam, basicamente, o emprego de uma linguagem comum e a predisposição para o diálogo. Vejam-se os dois exemplos oferecidos como atitudes significativas no que concerne a uma eventual argumentação: 1) o interesse revelado por um partido político em escutar as intenções do responsável pela formação do ministério de governo; 2) durante a Segunda Guerra, Winston Churchill proibiu os diplomatas britânicos de ao menos ouvirem eventuais propostas alemãs de paz. É evidente que se as partes envolvidas no processo de argumentação não fazem uso do mesmo linguajar, não se estabelece a comunicação, e, se não se deseja a interação, nem o compartilhar da linguagem mostra-se de alguma relevância, pois “não basta falar ou escrever, cumpre ainda ser ouvido, ser lido” (id., 2005, p. 19).

Para tanto, a argumentação implica simultaneidade entre o respeito pela adesão do interlocutor – reconhecer-lhe a capacidade de acompanhamento do raciocínio – e a modéstia por parte de quem argumenta – no sentido do reconhecimento de que não se é portador de verdades absolutas (onde as há, certamente florescem os regimes ditatoriais).

No dizer de Reboul (2004, p. 142):

De fato, não há diálogo, nem mesmo argumentação, sem um entendimento mínimo entre os interlocutores, entendimento referente tanto aos fatos quanto aos valores. Pode-se até dizer, sem paradoxo, que o desacordo só é possível no âmbito de um acordo comum. Assim, as controvérsias entre católicos e protestantes, no século XVII, partiam de um postulado comum, a verdade do cristianismo: cada um dos protagonistas afirmava representar o “verdadeiro” cristianismo. (...) Nas questões em que não haja nenhum acordo inicial, pode haver violência ou ignorância recíproca, não controvérsia.

No que se refere à dificuldade de interpretação do discurso quando se lhe ignora o pressuposto acordo prévio, Reboul (2004) contra-argumenta que o próprio texto o revela, por intermédio do não-dito, da ausência das provas esperadas, de fórmulas estereotipadas, alusões, expressões (“é certo que”, “todos sabem”, “deve-se admitir”).

Da Lingüística Textual (LT), a categoria escolhida diz respeito ao *inter-relacionamento de campos lexicais*, como consta em Koch (2002, p. 154, destaque da autora):

Vanoye (1973)⁷ define campo lexical como **conjunto de palavras empregadas para designar, qualificar, caracterizar, significar uma noção, uma atividade, uma técnica, uma pessoa**. Há, em cada texto, um ou vários campos lexicais dominantes. Constitui manobra retórica de grande eficácia inter-relacionar diversos campos lexicais, associá-los uns aos outros de modo a, por meio dessa interpenetração, criar um novo sentido, diferente daquele que seria veiculado pelo emprego de termos de cada um deles, isoladamente.

A LT tem no léxico não as palavras em si, isoladas, mas integrantes de campos lexicais, capazes de identificar atividades ou mesmo pessoas. Somente esse ponto constitui um avanço nos estudos de linguagem, pois esta não configura um baú do qual se apanham rótulos aleatoriamente. Quando se elogiam as possibilidades de análise combinatória factíveis entre não somente as palavras, mas entre os próprios campos lexicais (e tudo o que aí está embutido), abre-se caminho para o enriquecimento da interação lingüístico-discursiva que o uso da língua pressupõe.

Por sua vez, a Gramática Tradicional, basicamente, trata das palavras da língua sob a ótica da classificação morfológica, da estrutura e da formação, pontos de onde não se avança para além da definição estrutural. Mais uma vez firma-se o

⁷ VANOYE, F. *Usos da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

contraponto, em estudos lingüísticos, entre a aproximação baseada apenas na estrutura e a fundamentada na sua contextualização.

Por fim, a categoria proposta, relativa aos campos lexicais, reforça a conexão da LT com a teoria argumentativa, uma vez que a expectativa de realizar manobras retóricas vai incrementar a construção dos sentidos do texto certamente almejada por intermédio dos argumentos levantados.

De partida desta estação, de mapeamento metodológico, preparemo-nos para a apreciação do *corpus*, mediante as categorias analíticas aqui definidas e que deverão abrir caminho para as Questões de Pesquisa levantadas. Para concluir, seguem as indicações do ponto em que as respostas estarão arroladas:

a) a *pergunta n° 1* será contemplada quando do exame dos significados propostos por Fairclough para a ADC, no item 4.2;

b) a *pergunta n° 2* está relacionada ao enquadre genérico empreendido no item 4.3;

c) a *pergunta n° 3* encaixa-se na investigação das formas de construção simbólica da ideologia que constam do item 4.4.

Passemos, pois, à quarta e última estação de nossa viagem.

Quarta Estação: ENSAIO ANALÍTICO

4.1 CONFRONTANDO EXPECTATIVAS E REALIDADE...

No âmbito da Câmara dos Deputados, ao qual o presente trabalho se restringe, a palavra do parlamentar é que põe em movimento o processo legislativo (“palavra” aqui entendida tanto como materialização na forma do discurso parlamentar quanto como poder de iniciativa). O discurso parlamentar, em seus ritos formais de enunciação, constitui um dos muitos gêneros discursivos que circulam pela Câmara e “deve ser redigido em perfeita consonância com a norma culta, e proferido de modo a envolver a audiência por intermédio de uma argumentação coerente e eficaz”, pois se revela como um “imponente e apropriado canal para que o deputado exerça plenamente seu papel de representante dos muitos eleitores que a ele confiaram o voto” (PAIVA, 2004, pp. 23-4).

Neste ponto do trabalho, em obediência às categorias arroladas no Capítulo 3 e em busca das respostas para as Questões de Pesquisa, procederei à aproximação dos dados, quais sejam dois discursos parlamentares de Pequeno Expediente (o tipo de discurso em que o parlamentar dispõe de cinco minutos para falar em Plenário, na fase da sessão denominada Pequeno Expediente – ou como é chamada informalmente pelos corredores da Casa, o “pinga-fogo”).

Tendo em vista tanto a aplicação didática que ora se realiza quanto – especialmente em relação ao Discurso nº 1 – a observância da legislação que trata da

titularidade dos trabalhos produzidos na Consultoria Legislativa daquele Órgão, omitiram-se os nomes dos oradores e quaisquer outras referências que permitissem sua identificação.

Em relação aos excertos analisados, a indicação do ponto em que se encontram localizados no corpo dos discursos se fará com um “L” seguido do número da linha (L40, por exemplo).

O primeiro discurso a ser analisado (Disc1), extraído de Paiva (2004, pp. 47-48), baseou-se em dados de relatório produzido pela Anistia Internacional, entidade que denuncia a violação de direitos humanos e que realizou levantamento em 142 países. Nele, o orador conclama a sociedade brasileira a rejeitar o notório envolvimento de forças policiais em crimes daquela natureza, bem como assinala as péssimas condições dos estabelecimentos carcerários.

Quanto ao segundo discurso sob análise (Disc2), retirado de www.camara.gov.br (acesso em 06/02/2006), o orador efetua veemente protesto contra o tratamento – que entende desrespeitoso – dispensado pela imprensa à Câmara dos Deputados brasileira. Note-se que, apesar de o texto se referir àquela Casa específica, inicia-se com uma auto-referência como Parlamento, que, na verdade, constitui-se das duas Casas do Poder Legislativo federal (a Câmara dos Deputados e o Senado Federal).

Com o propósito de facilitar o cotejo entre as análises a serem empreendidas e o conteúdo dos discursos, optei por uma formatação que permitisse a cada um deles ocupar uma página separada.

Vejamos, pois, a íntegra dos dois pronunciamentos:

DISCURSO Nº 1 (Disc1):

1. Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, relatório divulgado
2. em junho último pela Anistia Internacional denuncia ser o Brasil terra onde
3. persiste a impunidade, o que estimula a continuidade da ação de esquadrões
4. da morte e dos casos de tortura. Das 463 páginas do documento, cinco são
5. dedicadas ao nosso País e apontam que os projetos de lei apresentados pelo
6. Governo sobre o assunto, lamentavelmente, ainda estão sendo discutidos,
7. o que não resulta em ações concretas para extirpar o mal.
8. De maneira geral, dos 142 países pesquisados pela Anistia, 36 adotaram
9. a pena de morte e 125 registraram tortura e maus-tratos, isso no ano passado,
10. quando se comemorou o cinquentenário da Declaração Internacional dos
11. Direitos Humanos. Houve, ainda, julgamentos injustos em 35 nações,
12. desaparecimentos em 37, prisões por convicções políticas em 78 e abusos de
13. grupos armados em outras 37.
14. No Brasil, a ação policial é o principal alvo das críticas da Anistia
15. Internacional. No Rio de Janeiro, entre janeiro e setembro de 1998, 511 civis
16. foram assassinados pela polícia e, em São Paulo, durante todo o ano, foram
17. 525 óbitos, número este acima do apurado em 1997.
18. As condições de detenção também estão a reclamar atenção das
19. autoridades públicas. A Anistia relatou a superlotação e as deficientes
20. condições sanitárias da maior parte das prisões e delegacias, além de
21. denunciar casos de espancamento e tortura com o uso de métodos hediondos.
22. Basta que lembremos, Senhores Deputados, do massacre de 111 presos
23. perpetrado na Casa de Detenção de São Paulo, dos dezenove sem-terra
24. mortos em Eldorado dos Carajás por agentes da Polícia Militar, dos dez
25. camponeses de Corumbiara, no Pará, assassinados por policiais militares, das
26. 21 pessoas mortas em Vigário Geral, no Rio de Janeiro, por ex-policiais. E há
27. outros exemplos, muitos outros exemplos, infelizmente.
28. Quanto às instalações insalubres e superlotadas de cadeias e
29. penitenciárias, há que se juntar o infame constatar da propagação de doenças
30. infecciosas como a tuberculose. Na verdade, os cuidados médicos dispensados
31. aos presos, especialmente aos que sofrem de enfermidade em estado terminal,
32. são insuficientes ou inexistentes.
33. A Anistia Internacional vai mais além em sua missão de avaliar a violação
34. dos direitos humanos e lutar pela sua restauração: há relatos de casos de
35. crimes e ameaças contra defensores desses mesmos direitos, contra líderes de
36. trabalhadores rurais e pessoas que tiveram coragem de denunciar policiais,
37. sem mencionar a violência dos ataques a comunidades indígenas.
38. É lamentável, Senhor Presidente, que um país com a potencialidade do
39. Brasil ainda tenha que ver seu nome associado a práticas medievais de
40. desconstrução psicofísica e emocional de filhos seus. Nosso registro objetiva
41. despertar a consciência de todo o povo brasileiro para a dura realidade
42. retratada pela Anistia Internacional. Chega de truculência policial. Chega de
43. prisões transmutadas em máquinas de reprodução da violência. Oxalá as
44. autoridades públicas se contaminem com o vírus da inquietação e do
45. não-conformismo com esse estado de coisas! Basta de impunidade.
46. Bem-vindos todos quantos partilham do mesmo sentimento, nessa luta pelo
47. respeito aos direitos humanos.

DISCURSO Nº 2 (Disc2):

1. Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, cumpre-nos hoje
2. fazer um registro sobre o tratamento que a imprensa vem dispensando a
3. este Parlamento.
4. É algo lamentável sentirmos a crueldade da mídia contra esta Casa
5. Legislativa, que, se possui alguns Deputados acusados de irregularidades,
6. é composta em sua maioria por homens e mulheres íntegros, compromissados
7. com a honra e com a verdade.
8. A imprensa deveria, isto sim, cumprir com o seu papel de bem informar,
9. de passar a notícia com exatidão, sem distorções, averiguando-as antes de
10. divulgá-las. Mas, infelizmente, o que vemos – com raras e honrosas exceções
11. para o trabalho da boa imprensa – é o sensacionalismo em muitos órgãos
12. de comunicação.
13. As ações positivas desta Casa raramente ganham algum destaque. No
14. entanto, quando surge alguma acusação contra qualquer Parlamentar, a
15. maioria dos órgãos de comunicação, antes de apurar a veracidade dos fatos,
16. divulga a notícia com estardalhaço.
17. Ao indagarmos o porquê disso a um jornalista que há poucos dias nos
18. entrevistava, ouvimos dele, pasmem, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, a
19. seguinte resposta: *A imprensa diz o que o povo gosta de ouvir.*
20. Vejam só a inversão de valores. A mídia, ao invés de cumprir sua elevada
21. missão de bem informar, foge muitas vezes a este dever, preferindo o
22. sensacionalismo, sob o pretexto de que o povo disso gosta.
23. Perguntamos agora: vendem-se mais jornais, ouve-se mais rádio e
24. assiste-se mais a televisão se as notícias forem negativas? Seria assim o
25. predomínio do lucro sobre o saber? Será então que devemos ficar passivos
26. ante essa realidade que vem-se tornando um modo de viver da cultura
27. ocidental?
28. Por outro lado, indagamos: será que o povo pensa dessa forma? Ou
29. gostaria, ao contrário, de receber informações abalizadas, corretas,
30. comprovadas, como somente alguns órgãos da boa imprensa ainda o fazem?
31. Confiamos no povo brasileiro, que já possui elevado grau de consciência
32. e sabe separar o joio do trigo.
33. Cursamos apenas 2 anos de Comunicação na UnB, mas ali aprendemos
34. que a ética é a norma prioritária que deve reger os órgãos de imprensa.
35. Por isso, Sr. Presidente, é com tristeza que vemos essa inversão de
36. valores. É com tristeza que registramos uma realidade diversa daquilo que
37. aprendemos.
38. Daí a razão deste registro e do apelo que, na oportunidade, fazemos ao
39. Presidente Deputado Aldo Rebelo, que com grande competência e
40. equilíbrio vem conduzindo os destinos desta Casa, para que convoque
41. reunião com a imprensa, a fim de lhe cobrar maior respeito a este Parlamento,
42. que continuamente vem sendo alvo de duras críticas que lhe são dirigidas
43. pela maioria dos órgãos de comunicação, críticas, muitas vezes, frutos de
44. julgamentos precipitados e injustos.
45. Muito obrigado, Sr. Presidente.
46. Era o que tinha a dizer.

Início a análise, pois, pela espinha dorsal teórica, a Análise de Discurso Crítica.

4.2 POR UMA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA

4.2.1 Intertextualidade em ação

Como já explicitado no Capítulo 3, a investigação do significado acional será empreendida por meio do conceito de intertextualidade. O Disc1 baseou-se em relatório de 463 páginas, elaborado pela organização não-governamental Anistia Internacional como fruto de pesquisa realizada em 142 países, entre eles, o Brasil. E do próprio relatório extraiu-se uma referência a outros textos (*projetos de lei apresentados pelo Governo sobre o assunto – L5-6*), numa exemplificação da junção dos elos da cadeia de comunicação verbal bakhtiniana.

No mesmo Disc1, a audiência é convocada a “lembrar” casos de ações policiais violentas como a da Casa de Detenção de São Paulo (o Carandiru), Eldorado dos Carajás e Corumbiara (ambas no Estado do Pará), Vigário Geral, no Rio de Janeiro (*Basta que lembremos, Senhores Deputados, do massacre... – L22*). Ainda que sem referência a fontes específicas no corpo do discurso, certamente essas ocorrências foram ali inseridas a partir da farta cobertura dos fatos realizada pela mídia nacional e internacional.

Note-se que ficaram de fora as vozes das vítimas propriamente ditas dos crimes denunciados, de modo que a organização Anistia Internacional é tomada como porta-voz de todas elas. E, quanto ao que se afirma sobre o Brasil – um dos 142 países pesquisados –, desperta curiosidade imaginar qual sua representatividade nesse todo, uma vez que aparece em apenas cinco (L4-5) das 463 páginas do relatório (apenas 1% do total).

Por sua vez, o Disc2 contém um explícito registro intertextual quando reproduz a resposta de um jornalista à indagação do parlamentar acerca da postura dos órgãos de comunicação na afoita publicação das notícias (*ouvimos dele, pasmem, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, a seguinte resposta: **A imprensa diz o que o povo gosta de ouvir*** – L18-19).

A representação do discurso direto (*A imprensa diz o que o povo gosta de ouvir* – L19), não acolhida pelas tradicionais aspas, mas indicada pela formatação em itálico no original, faz-se preceder por uma oração relatada (*ouvimos dele... a seguinte resposta* – L18-19), demarcando claramente a separação entre as vozes.

Dada a temática do Disc2 – uma veemente crítica à mídia –, entendo que, para além da conceituação da gramática formal de mera reprodução das palavras do outro, quando o orador transplanta para sua fala a exata repetição – pelo menos tida como tal – da réplica do jornalista, divisa-se de modo inequívoco uma postura que deve ser repelida: a divulgação espalhafatosa de notícias sem a devida investigação, como consta no parágrafo precedente no Disc2. Corroborando essa postura de deixar claro quem é o “inimigo” e o que ele é capaz de tramar, tem-se a inclusão, na oração relatada, de um vocábulo empregado não em seu sentido habitual, denotativo, mas como uma expressão enfatizadora de repulsa (verbo *pasmar* X *pasmem* (L18)).

É de lembrar que, embora o discurso trate de assunto de interesse direto dos parlamentares – alvos da detração da imprensa –, o texto vai ser reproduzido em vários meios midiáticos e chegará à sociedade brasileira, a responsável última pela presença das deputadas e dos deputados naquele fórum. Desse modo, esses mesmos sujeitos devem se obrigar não apenas a desempenhar um bom mandato, mas também a defender a honra da instituição. Essa uma possível tradução do que se inscreveu em Bakhtin (1986, p. 146) acerca do “discurso de outrem”:

Naturalmente, há diferenças essenciais entre a recepção ativa da enunciação de outrem e sua transmissão no interior de um contexto. É conveniente levar isso em conta. Toda transmissão, particularmente sob forma escrita, tem seu fim específico: narrativa, processos legais, polêmica científica, etc. Além disso, a transmissão leva em conta uma terceira pessoa – a pessoa a quem estão sendo transmitidas as enunciações citadas. Essa orientação para uma terceira pessoa é de primordial importância: ela reforça a influência das forças sociais organizadas sobre o modo de apreensão do discurso.

Em suma, a intertextualidade é muito produtiva quanto à demarcação das vozes representadas. No caso do discurso parlamentar, essa propriedade é de vital relevância, pois seu emprego poderá emprestar ao orador maior ou menor autonomia, no sentido de aproximá-lo/afastá-lo de dados e opiniões que sejam trazidos para a fala com o propósito de constituir seu posicionamento, seja de ataque ou de defesa.

Em seguida, veremos o que se propõe para a análise do segundo significado – o representacional.

4.2.2 Interdiscursividade representada

Selecionada aqui como categoria analítica a interdiscursividade (ou intertextualidade constitutiva), há, no Disc1, a presença de termos e construções típicos principalmente do discurso dos direitos humanos, como nos seguintes extratos:

- ... a continuidade da *ação de esquadrões da morte* e dos casos de *tortura*... (L3-4);
- ... dos 142 países pesquisados pela Anistia, 36 adotaram a *pena de morte*... (L8-9);
- ... o cinquentenário da *Declaração Internacional dos Direitos Humanos*... (L10-11);
- ... avaliar a *violação dos direitos humanos* e lutar pela sua restauração... (L33-34);
- ... de todo o povo brasileiro para a *dura realidade retratada pela Anistia Internacional*... (L41-42);

- ... do mesmo sentimento, nessa luta pelo *respeito aos direitos humanos...* (L46-47).

No texto, há também o discurso político, que exemplifico:

- ... apontam que os *projetos de lei* apresentados pelo Governo... (L5-6);
- ... um *país com a potencialidade* do Brasil ainda tenha... (L38-39);
- ... *Nosso registro objetiva despertar a consciência de todo o povo brasileiro...* (L40-41).

É possível identificar ainda o discurso policial (... Houve... *desaparecimentos* em 37 [países] ... – L12; ... *prisões* por convicções... – L12) e o discurso médico (... foram 525 *óbitos...* – L16-17; ...propagação de *doenças infecciosas* como a *tuberculose...* – L29-30; ... sofrem de *enfermidade em estado terminal...* – L 31).

Uma vez que o discurso é um modo de representar aspectos do mundo, a articulação de mais de um deles reúne diferentes perspectivas de compreensão da realidade social que não configuram blocos estanques. A relação dialógica que os variados discursos constroem aponta para o hibridismo discursivo do texto que os reúne e incrementa a força argumentativa do Disc1 no processo de legitimação da principal voz representada (a Anistia Internacional, defensora em nível mundial dos direitos humanos; a “porta-voz” por excelência) como merecedora não apenas de atenção, mas, em especial, de absoluto crédito (de certo modo, retomarei essa perspectiva quando da análise da ideologia).

Embora a articulação interdiscursiva presente no Disc1 não seja “inovadora”, (Fairclough, 2001, p. 283) – a não ser quando, a meu ver, para enfatizar o apelo às autoridades competentes, vai buscar no discurso médico o elemento que subsidia a construção de uma metáfora (... se *contaminem* com o *vírus* da inquietação e do não-conformismo... – L44-45) –, a interconexão dos discursos destacados parece garantir a compreensão de que os direitos humanos é tema candente e inegociável.

Por sua vez, o Disc2 revela-se de teor eminentemente político, tanto em relação à temática quanto com referência às estruturas lingüísticas empregadas:

- ... *Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados...* (L1);
- ... vem dispensando a *este Parlamento...* (L2-3);
- ... contra esta *Casa Legislativa...* (L 4-5);
- ... *Confiamos no povo brasileiro...* (L 31);
- ... *Sr. Presidente, é com tristeza que vemos...* (L35);
- ... continuamente vem sendo *alvo de duras críticas* que lhe são dirigidas pela maioria dos órgãos de comunicação ... (L42-43).

Mas o discurso político não é o único presente no Disc2, que também é permeado pelo discurso da mídia (afinal é contra a imprensa que o orador claramente se posiciona):

- ... a *imprensa* deveria... cumprir com o seu papel de bem informar... (L8);
- ... a maioria dos *órgãos de comunicação* ... divulga a notícia ... (L15-16);
- ... A *mídia*, ao invés de cumprir sua *elevada missão de bem informar...* (L20-21);
- ... a ética é a norma prioritária que deve reger os *órgãos de imprensa...* (L34).

Do discurso jurídico, tem-se:

- ... Deputados *acusados* de irregularidades... (L5);
- ... a *norma* prioritária... (L34);
- ... frutos de *juízos* precipitados... (L43-44).

Acresça-se, ainda, o discurso filosófico (... Vejam só a *inversão de valores...* – L20; ... tornando um *modo de viver da cultura ocidental...* – L26-27; ... a *ética* é a norma prioritária que deve reger... – L34), o discurso econômico (... *predomínio do lucro...* – L25) e o discurso religioso (... *sabe separar o joio do trigo...* – L32).

De acordo com Fairclough (2003, p. 129), a caracterização dos discursos presentes em um texto passa pela identificação tanto das partes representadas do mundo quanto do ângulo pelo qual as representações são estruturadas. Em um texto, isso se implementa pelos traços de vocabulário – mais óbvios – e pelas relações semânticas construídas entre as palavras (para Fairclough, mais “produtivas”). No

entanto, não se pode perder de vista o fato de que as escolhas lingüísticas não se fazem por si mesmas, pois o conceito de discurso implica a inserção da língua na prática social, configurando a relação dialética tão cara aos estudos discursivos críticos.

Como afirma Fairclough (2003, p. 38):

Adotamos uma visão relacional dos textos e da análise textual, na qual relações “internas” (semânticas, gramaticais, lexicais (vocabulário)) dos textos são conectadas com suas relações “externas” (a outros elementos dos eventos sociais, e a práticas e estruturas sociais) pela mediação de uma análise interdiscursiva dos gêneros, discursos e estilos, nos quais elas influem, articulando-os.

Voltando à heterogeneidade discursiva apontada no Disc2, pode-se afirmar que a incorporação do discurso da mídia ao discurso político acontece, sobretudo, para fortalecer a oposição entre a Câmara dos Deputados e a imprensa – pelo menos parte desta, já que se ressalva o trabalho do “trigo” (L32): a “boa” imprensa (L11 e L30). O antagonismo é estabelecido ao se apontar como cruel o modo pelo qual a imprensa se refere à instituição, antes mesmo do oferecimento de qualquer exemplificação (L4).

Segue-se reforçando o confronto, por exemplo, no destaque dado à rara divulgação, pela mídia, das ações positivas realizadas pela Câmara, em detrimento da espalhafatosa disseminação de acusações, não devidamente comprovadas, contra qualquer de seus integrantes (L 13-16). (Certamente *há* ações positivas, a julgar por sua categorização determinada, uma vez que o emprego do artigo definido exclui uma possível dúvida: *As ações positivas desta Casa raramente ganham algum destaque* (L13) **X** Ações positivas [se as há] raramente ganham algum destaque).

Além disso, à explícita representação da voz do “inimigo” – o discurso direto apontado quando da análise da intertextualidade –, representação essa que deixa

clara a postura adotada pela imprensa, encadeia-se o contraponto, uma vez que o orador questiona se o povo pensa exatamente da forma descrita pelo jornalista:

<i>“Fala” do jornalista</i>	X	<i>Fala do orador</i>
<i>A imprensa diz o que o povo gosta de ouvir. (L19)</i>		<i>Por outro lado, indagamos: será que o povo pensa dessa forma? (L28)</i>

Note-se que a repetição de “o povo” assinala a tomada do mesmo referente como ponto de apoio para os dois lados da, diga-se, demanda, exemplificando a tese de Fairclough (2003, p. 128) acerca da polêmica interdiscursiva que se pode encerrar em um mesmo texto. Neste ponto da análise, vemos que a articulação efetivada entre os discursos político e da imprensa baseia-se no mesmo sintagma, mas em direções opostas, na busca da deslegitimação de uma apropriação em relação à outra.

Quanto aos demais discursos apontados para o Disc2 – filosófico, econômico e religioso –, eles surgem para corroborar a imagem que se faz da prática dos órgãos de imprensa como algo execrável, digno de repúdio. Lembrando que um discurso é uma maneira particular de representar o mundo e, portanto, que vários discursos encerram vários desses modos de representação, no que se refere à crítica ao trabalho da imprensa, impõe-se uma multiplicidade discursiva que sai fortalecida no propósito de “construir o inimigo” da Câmara Federal.

É importante frisar que, de modo algum, afirmo que nos textos enfocados existem somente os discursos aqui apontados. Certamente, e não apenas em relação aos Disc1 e Disc2, mas em qualquer análise textual-discursiva, releituras sucessivas poderão indicar outros componentes.

Quanto ao que aqui se explicitou, e considerando que a Câmara é heterogeneamente constituída por 513 parlamentares, entendo que a interdiscursividade se justifica, tendo em vista a própria diversidade do povo brasileiro, do qual os deputados são representantes. Desse modo, a construção dos

sentidos por intermédio do discurso parlamentar atinge várias das parcelas da sociedade, sem prejuízo de que, paralelamente, se possa pensar no aperfeiçoamento daquele gênero discursivo na sua totalidade.

Passemos ao exame do proposto para o terceiro e último significado de Fairclough – o identificacional.

4.2.3 Identificando a modalidade

Acerca da modalidade, tem-se, no Disc1, a tipificação subjetiva de Fairclough (2001), em que o grau de afinidade é elevado, inclusive com o emprego do plural de modéstia (...dedicadas ao *nosso* País... – L5; ...basta que *lembramos*... – L22; ...*nosso* registro... – L40).

No Disc2, ocorre também o plural de modéstia, configurando a presença da modalidade subjetiva, e assim demarcando o forte comprometimento do produtor com a proposição. Por exemplo:

- ... cumpre-*nos* hoje fazer um registro... (L1-2);
- ... lamentável *sentirmos* a crueldade da mídia contra... (L4);
- ... o que *vemos* ... é o sensacionalismo em muitos órgãos... (L10-11);
- ... *Perguntamos* agora: ... (L23);
- ... Será então que *devemos* ficar passivos ante... (L25-26).

De acordo com a Gramática Tradicional, o chamado “plural de modéstia” deve ser empregado quando se deseja evitar um tom impositivo ou muito pessoal ao texto (oral ou escrito), de modo que se faz uso da primeira pessoa do plural em lugar da forma correspondente para o singular (o autor trata a si mesmo por *nós* em vez de *eu*).

Mas, para além da tradição, deve-se considerar a perspectiva funcionalista em que, com o emprego da pluralização na primeira pessoa do singular, como que se

forma uma identidade coletiva, em busca de envolver a audiência (para quem o texto se dirige), o que entendo acontecer em ambos os discursos analisados.

Quanto à distinção entre modalidade epistêmica e modalidade deôntica (FAIRCLOUGH, 2003), vejamos como identificá-las nos discursos analisados.

Com referência à modalidade epistêmica, nos dois textos há asserções não-modalizadas (ausência de elementos arquetípicos da modalidade), que implicam forte comprometimento com a verdade.

Seguem ocorrências que a exemplificam no Disc1:

- ... Brasil terra onde *persiste* a impunidade... (L2-3);
- ... o que *estimula* a continuidade da ação... (L3);
- ... dos 142 países..., 36 *adotaram* a pena de morte... (L8-9);
- ... a ação policial *é* o principal alvo das críticas... (L14);
- A Anistia Internacional *vai* mais além em sua missão de... (L33).

E no Disc2:

- ... esta Casa Legislativa... *é* composta em sua maioria por... (L4-6);
- ... a maioria dos órgãos de comunicação... *divulga* a notícia com estardalhaço (L15-16);
- A mídia, ..., foge muitas vezes a este dever... (L20-21);
- *Confiamos* no povo brasileiro... (L31).

Da modalidade deôntica, que resume valores de necessidade, tem-se, no Disc1, indicando como que uma obrigação:

- *Basta que* lembremos... (L22);
- ... *há que* se juntar... (L29);
- *Chega de* truculência policial... (L42);
- *Chega de* prisões transmutadas... (L42-43);
- *Basta de* impunidade. (L45).

No Disc2, por sua vez, a modalidade deôntica faz-se também presente, porém, com o emprego de *verbos modais*, indicando graus diferentes de compromisso (de menos a mais categórico):

- A imprensa *deveria*, isto sim, cumprir com o seu papel... (L8);
- ... a norma prioritária que *deve* reger os órgãos de imprensa (L34).

Se a modalidade se revela fundamental para a identificação dos atores sociais, de seus estilos, como defende Fairclough (2003, p. 164), e se a constituição identitária do parlamentar também se colhe das opções que venham a ser realizadas nesse aspecto, entendo que o que se capta dos dois textos comentados é que os seus produtores buscam uma identificação coletiva não apenas no sentido de serem ouvidos, mas de a si mesmos provocarem adesão (falarei mais desse tema em momento oportuno), o que é corroborado tanto pelo emprego do plural de modéstia quanto pela modalização, explícita ou não, do que se proferiu.

Chegando ao fim desta primeira parte da análise, concluo com a resposta à Questão de Pesquisa nº 1 (“É o discurso parlamentar uma prática discursiva eloqüente quanto a modos de agir, de representar e de ser?”).

Nos textos analisados, o que se obteve, mediante o recorte das estruturas lingüísticas de acordo com os princípios prescritos para a intertextualidade, a interdiscursividade e a modalidade, foi a correspondência entre aquelas formas e os conceitos maiores dos significados acional, representacional e identificacional (respectivamente, a interação social, a representação de aspectos do mundo e os atores sociais) – evidentemente com a mediação empreendida por aquelas categorias analíticas.

Isso significa que, em relação aos dois discursos parlamentares examinados: *a)* os três significados propostos por Fairclough estão presentes em ambos os textos (como apontado nos pontos de análise); *b)* o enquadre de vozes, a dialogia entre os discursos e o comprometimento dos produtores apontados revelam-se perspectivas que, somadas, constroem sentidos que corroboram a intenção dos oradores (distintas no propósito particular de cada fala, mas unificadas na busca da adesão); e *c)* os “modos de agir, de representar e de ser”, inter-relacionados que são, conectam os

textos à sua perspectiva social, sua inserção na ordem discursiva da Câmara dos Deputados.

De fato, um estudo de cunho crítico não pode prescindir da conexão das práticas discursivas aos eventos sociais, pelo que a proposição de análises compartimentadas para os dois discursos parlamentares não se constituiu um fim em si mesmo, mas trouxe subjacente a plena consciência acerca da prática social de que eles são parte relevante, dentro da instituição em que são produzidos.

Agora avancemos na análise em direção à teoria de gêneros.

4.3 ENQUADRAMENTO COMO GÊNERO DISCURSIVO

Entendo ser de relevância a categorização do discurso parlamentar como gênero discursivo – um dos inúmeros que circulam diariamente pela Câmara dos Deputados –, dado que o desvelamento dos meandros da ordem do discurso de uma instituição revela as práticas discursivas daquela comunidade e, de modo inevitável, as suas práticas socioculturais, traduzidas nessas e naquelas por meio da linguagem.

Sob essa ótica, a complexidade da distribuição das práticas discursivas no seio de uma organização vai ser o combustível de sua própria (re)estruturação tanto do ponto de vista interno (mediante o estabelecimento, ou não, de práticas alternativas) quanto externo (em relação a outras instituições e respectivas ordens de discurso). Considerando que a possível seleção entre alternativas, internas e externas, não se efetiva de modo neutro, o envolvimento de diferenças políticas e ideológicas corrobora a tensão descrita por Bakhtin (*apud* FAIRCLOUGH, 1995a, p. 66) entre o que é centrípeto (unitário e estável) e o que é centrífugo (variado e instável). Assim, a ordem de discurso vai abranger todos os tipos discursivos (as configurações estáveis delineadas por Bakhtin), que, em constante diálogo com seus precedentes e

subseqüentes, e atendendo a mudanças socioculturais, podem exigir redefinições de fronteiras, bem como da própria nomenclatura.

Na Câmara dos Deputados, instituição em que circula o gênero discurso parlamentar, entre tantos outros gêneros, não acontece de modo diferente, pelo que desejo situar o que ali ocorre, tendo em Bazerman (2005) o modelo de enquadramento genérico pertinente às atividades sociais e discursivas, em que, lembro aqui, o sistema de atividades – conceito mais geral – abrange os sistemas de gêneros que, por sua vez, abrigam os conjuntos de gêneros – conceito mais específico.

Na Câmara, o *sistema de atividades* (ação estruturada dos indivíduos mediada pelos textos) perfila a atuação parlamentar em seu mais amplo alcance, desde a investidura no cargo até a conclusão do mandato, a par de toda a movimentação burocrática que, se não estritamente vinculada à atividade do deputado, de alguma maneira a ela oferece suporte. Aqui se incluem, por exemplo, discussão e votação das matérias sujeitas a apreciação em Plenário e nas Comissões; eleição da Mesa Diretora; recepção de autoridades; concessão de entrevistas às mídias interna e externa; pronunciamentos parlamentares; apresentação de proposições; representação da Casa em missões nacionais e internacionais.

Não nos esqueçamos de que a Câmara não se compõe apenas dos parlamentares, mas também de seu corpo de servidores, a quem também se dirigem textos/gêneros, como os relativos ao cumprimento da legislação trabalhista e ao aperfeiçoamento técnico-profissional.

Por sua vez, o *sistema de gêneros* (conjunção de gêneros empregados e processos textuais padronizados) reúne os textos escritos e orais pertinentes às atividades desenvolvidas em toda a Câmara, seja no Plenário e nas Comissões, seja nas instâncias administrativas da Casa. Assim, pode-se perfeitamente arrolar não

apenas um sistema de gêneros, mas pelo menos dois deles, os quais, aqui, para fins didáticos, podem ser nomeados “sistema político” e “sistema administrativo”.

O *conjunto de gêneros* (série de textos demandados por um papel social específico), dentro da Câmara, também é multiplicado, uma vez que, dentro do que convencionei denominar “sistema político de gêneros”, há pelo menos dois conjuntos de gêneros específicos: os empregados no Plenário da Casa e os utilizados nas Comissões.

No Plenário, há, por exemplo, os discursos de Pequeno e Grande Expediente, as Comunicações de Lideranças, as comunicações parlamentares, os apartes, a apresentação de proposições, os requerimentos, o oferecimento de pareceres a matérias em discussão e votação. Quanto às Comissões, disposição regimental prescreve a elas analogia de procedimentos, no que couber, ao que acontece no Plenário, de maneira que vários dos gêneros freqüentam uma e outra instância, sem prejuízo das adaptações que se impõem ao longo do processo legislativo, e que também não desestabilizam as fronteiras, técnicas e políticas, que separam Plenário e Comissões.

Quanto ao “sistema administrativo de gêneros”, tem-se o conjunto de gêneros próprios da Administração da Casa e o conjunto peculiar à Mesa Diretora.

Na Administração da Casa e seu conjunto de gêneros, posso exemplificar com requerimentos de férias, de pensão, solicitações de admissão de funcionários comissionados para os gabinetes parlamentares, gerenciamento da realização de concursos públicos, procedimentos de licitação e de leilão, contas de telefone, de água e energia elétrica.

Na Mesa, podem ser tomados como exemplos de gêneros: requerimento de registro de candidatura para a Mesa Diretora, solicitação de autorização para viagens de intercâmbio cultural no exterior, atualização das composições das Comissões,

Dessa perspectiva de análise, creio ter respondido a Questão de Pesquisa nº 2 (“Qual a relevância do discurso parlamentar na ordem do discurso em que se insere?”). A proposta que ora se apresenta de enquadramento do discurso parlamentar como gênero discursivo indica-lhe lugar incontroverso como prática discursiva partícipe das práticas sociais constituídas peculiares à Câmara dos Deputados, conectado que se mostra à cadeia de gêneros circulantes na instituição. E tal conexão ultrapassa meras questões formais para repercutir na prática social, se consideradas as circunstâncias de interação que o discurso parlamentar medeia, pois como afirma Bazerman (2005, p. 31): “Gêneros emergem nos processos sociais em que pessoas tentam compreender umas às outras suficientemente bem para coordenar atividades e compartilhar significados com vistas a seus propósitos práticos”.

Prosseguindo na investigação dos dados, no próximo tópico, nosso olhar recairá sobre os mecanismos ideológicos presentes nos discursos sob comentário.

4.4 ESTRATÉGIAS TÍPICAS DE CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA DA IDEOLOGIA

4.4.1 Universalização

Dentro do modo de operação ideológica da legitimação, lembro que aqui o foco incide sobre a universalização, ou seja, sobre a apresentação de acordos institucionais como se de interesse do todo de um grupo, embora o sejam realmente de apenas uma parcela dele.

No Disc1, um relatório produzido pela Anistia Internacional parece arrogar-lhe o papel de porta-voz dos indivíduos atingidos pelos crimes e abusos denunciados. A fala parlamentar enfatiza a natureza abrangente dos dados (levantamento em 142

países) e o reconhecimento da organização pesquisadora (crédito às informações agregadas), apontando para o grande e importante tema dos direitos humanos como se circunscrito ao interesse daquela entidade.

É muito sensato concordar que a denúncia de formas de violência é uma atitude que todos os cidadãos, em qualquer circunstância, devemos apoiar. No entanto, que garantia temos de que essa unanimidade também se estende à figura da Anistia Internacional? É ela a única no planeta a trabalhar em prol do respeito aos direitos humanos?

Sabe-se que as organizações não-governamentais (ONGs), apesar do destaque alcançado no terceiro setor da economia, também são alvo de pesadas críticas, notadamente quanto à sua criticada ingerência nos assuntos privativos das nações em que se instalam.

De outra parte, por que razão o orador “incorpora” a voz da Anistia Internacional, mas não inclui as vozes das vítimas dos abusos, ou de seus familiares? No próprio Plenário da Câmara, estariam todas – absolutamente TODAS – as vertentes políticas representadas incensando, de modo homogêneo, um relatório produzido por uma ONG norte-americana em sua origem e megalômana em sua estrutura?

No que diz respeito às estruturas lingüísticas empregadas que indicam a quase onipotência da Anistia Internacional, tem-se:

- ... *relatório divulgado em junho último pela Anistia Internacional...* (L1-2);
- ... *dos 142 países pesquisados pela Anistia...* (L8);
- ... é o principal alvo das *críticas da Anistia Internacional*. (L14-15);
- *A Anistia relatou a superlotação e as deficientes condições...* (L19-20);
- *A Anistia Internacional vai mais além* em sua missão de avaliar a violação dos direitos humanos... (L33-34);
- ...despertar a consciência de todo o povo brasileiro para a dura *realidade retratada pela Anistia Internacional* (L41-42).

No Disc2, embora nele seja possível também identificar a legitimação como modo, amplo, de operação da ideologia, afinal “justas e dignas de apoio” (THOMPSON, 2002, p. 82) são as reivindicações de seriedade que se impõem à mídia no retratar uma das Casas do Parlamento brasileiro, a universalização – que toma a parte pelo todo – ali não se impõe, pois é de esperar que um tratamento respeitoso por parte da imprensa seja do interesse de todos os parlamentares, de todo o grupo efetivamente. Por isso, como se apresenta uma outra estratégia de construção simbólica, por questões metodológicas, não cabe aqui dela tratar⁸.

4.4.2 Padronização

Partindo do conceito amplo da unificação, ou a formação de uma identidade coletiva derivada da junção dos indivíduos, aponto aqui a adoção de referencial-padrão que, no Disc1, vem a ser a Anistia Internacional, entidade que congrega vítimas e familiares de vítimas dos mais variados tipos de violação dos direitos humanos (tortura, maus-tratos, julgamentos injustos, desaparecimentos, cerceamento político-ideológico, assassinatos, atentados, espancamento, superlotação de prisões e delegacias, disseminação de doenças nos ambientes carcerários, ameaças). A variedade não se restringe à natureza dos abusos, mas se intensifica, considerados os dados, que foram colhidos em 142 nações.

Assim, a divulgação de um relatório de 463 páginas é motivo bastante para que a palavra da Anistia Internacional seja tomada por uma em relação àqueles que defende. Todavia – não há como mensurar –, pode-se especular se, efetivamente, a

⁸ Em caso de haver interesse na identificação da estratégia pertinente, uma possibilidade de análise aponta para a **racionalização** (ver THOMPSON, 2002, p. 82).

Anistia Internacional atende de modo eficiente aos interesses de todos os indivíduos que “assume” representar.

Já no Disc2, o referencial é a própria Câmara dos Deputados, construída como grande vítima da imprensa sensacionalista:

- ...o tratamento que a imprensa vem dispensando a este Parlamento...(L2-3);
- ... crueldade da mídia contra esta Casa Legislativa ... (L4-5);
- ... é composta em sua maioria por homens e mulheres íntegros... (L6);
- As ações positivas desta Casa raramente ganham algum destaque (L13).

Aparentemente, todos os parlamentares que integram a Câmara ressentem-se do modo como a mídia retrata a instituição, mas, em raciocínio inverso – porém, perfeitamente plausível – ao incluído na subseção precedente, há de se lembrar de deputados que seguem fazendo o que bem entendem, sem verdadeiramente dar importância à repercussão de suas ações, seja no foro público ou privado.

4.4.3 Expurgo do outro

Como já apontado, da fragmentação como modo de operação ideológico, em que se seccionam grupos e indivíduos, recortei a estratégia “expurgo do outro”, ou a meticulosa construção de um inimigo.

No Disc1, parte-se da segregação dos integrantes das forças policiais, que, por óbvio, deveriam estar ao lado da sociedade, especialmente dos defensores dos direitos do cidadão, mas que se revelam os verdadeiros vilões no desrespeito aos direitos humanos:

- ... a ação policial é o principal alvo das críticas da Anistia Internacional... (L14-15);
- ... 511 civis foram assassinados pela polícia... (L15-16);
- ... massacre de 111 presos perpetrado na Casa de Detenção de São Paulo, dos dezenove sem-terra mortos... por agentes da Polícia Militar; dos dez camponeses... assassinados por policiais militares; das 21 pessoas mortas ... por ex-policiais... (L22-26);

- ... pessoas que tiveram coragem de denunciar policiais... (L36);
- Chega de truculência policial... (L42).

Pergunto: mesmo ante a constatação de que esse inimigo – a força policial – é real e poderoso, pode-se concluir que *toda e qualquer* ação policial resulta em violação dos direitos humanos? De fato, parece sensato não concordar com tal generalização.

No Disc2, a mídia é o grande “inimigo” da instituição Câmara dos Deputados. É fato que são feitas ressalvas quanto ao trabalho da “boa imprensa” (L11 e L30), que não se porta como a maioria dos órgãos de comunicação (L14-16), mas a abertura dessa exceção acaba por recarregar as baterias assestadas contra o inimigo selecionado:

- A imprensa deveria, isto sim, cumprir com o seu papel de bem informar... (L8);
- ... infelizmente, o que vemos... é o sensacionalismo em muitos órgãos de comunicação... (L10-12);
- ... ações positivas desta Casa raramente ganham algum destaque (L13);
- ... a maioria dos órgãos de comunicação, antes de apurar a veracidade dos fatos, divulga a notícia com estardalhaço (L14-16).

Este é o momento de responder à Questão de Pesquisa nº 3 (“De que maneira as representações ideológicas marcam o discurso parlamentar?”). Entendo que, nos discursos examinados, à vista das categorias escolhidas e dos resultados apontados, a marcação ideológica faz-se presente e com veemência, pois, se “*estudar a ideologia é estudar as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação*” (THOMPSON, 2002, p. 76, destaque do autor), é por meio da linguagem que a construção dessa hegemonia se operacionaliza.

No presente estudo, o cotejo dos discursos com as estratégias de construção simbólica assinaladas revelam a disposição de manutenção das relações de dominação vigentes, pois, no Disc1, a atenção dispensada à ONG Anistia

Internacional como “a” autoridade na defesa dos direitos humanos reitera uma relação de subserviência para com as vozes estrangeiras, uma vez que tudo o que vem do exterior é bom, aceitável e, sobretudo, desejável. Para o Disc2, a falta de especificidade de quais veículos da mídia desancam a Câmara dos Deputados, ou de outros dados que confirmem a má índole da imprensa, parece desejar fazer crer que a instituição, formada por genuínos representantes do povo brasileiro, é inatacável. Essas as conclusões a que chego, seguindo Fairclough (2003, p. 82), que entende o trabalho ideológico de um texto como “o trabalho de fazer de representações contenciosas, posicionadas e interessadas uma questão de ‘senso comum’”.

Voltemo-nos agora para a argumentação e sua co-relação com a teoria do texto.

4.5 ADESÃO E INTERPENETRAÇÃO LEXICAL

4.5.1 O “contato dos espíritos”

Monteiro (2003, p. 31) apoiando-se em Perelman e Olbrechts-Tyteca, afirma que um argumento “provoca ou aumenta a adesão de um auditório a certas opiniões, quer se trate de julgamentos de verdade, quer de valor” e que, por isso, não se subordina a questões de prova, mas a aspectos, sob variada gradação, de força (persuasão), pertinência e convencimento.

Desse ponto de vista, as figuras de quem fala e de quem ouve (os “espíritos”) passam a ocupar um lugar que era privativo das evidências na lógica cartesiana, e o sucesso do discurso (em sentido amplo) dependerá muitíssimo da eficiente relação que se estabelece entre elas. Essa relação intersubjetiva constitui um dos aspectos da

categoria que ora explicito, desembocando em outro aspecto: a busca da adesão dos ouvintes.

No dizer de Carrol C. Arnold (*apud* MANELI, 2004, p. 79, destaques do autor):

Discutindo esse aspecto da situação *retórica* de todo argumentador, Perelman faz uma escolha feliz das palavras. Em vez de escrever “aceitação” e “rejeição” de argumentos, ele fala que o argumentador procura “provocar ou aumentar a adesão da audiência”. A *adesão* nos lembra melhor do que palavras como “aceitar” e “rejeitar”, ou “aprovar” e “desaprovar”, de que uma *escolha*, em vez de um *compromisso irrevogável* é tudo que podemos esperar da argumentação. Somente podemos nos comprometer com alguém ou com nós mesmos com o objetivo de provocar determinado grau de adesão ou lealdade às idéias. Esse é o trabalho da retórica, não da prova formal, e faz parte da natureza de toda argumentação.

Por fim, e partindo do pressuposto de que “argumentação não é intimidação”, Monteiro (2003, p. 59) explica que, no processo argumentativo, para obter adesão, o orador almeja despertar no destinatário suas mais nobres convicções, que, evidentemente, são condicionadas pelo contexto sociocultural, político, sociológico e filosófico.

No que diz respeito ao discurso parlamentar, temos em PAIVA (2004, p. 24):

Da tribuna da Câmara, por meio de seus pronunciamentos, é permitido, ou melhor, cabe ao parlamentar carrear para sua linha de argumentação crescente número de opiniões concordes, o que reforça a concepção aristotélica de que será convincente o discurso capaz de levar o público a identificar-se com o comunicador e com sua proposta.

E também (*id.*, p. 19):

Basicamente, o discurso parlamentar é uma peça escrita a ser proferida, a fim de envolver a audiência com o tema tratado. Quando é concedida a palavra para que seja pronunciado um discurso, espera-se o cumprimento de acordo tácito em que ao que fala devem os demais prestar atenção, acompanhando-lhe o raciocínio, ainda que para dele oportunamente discordar.

Devido à específica conformação desse gênero discursivo, entendo que o “contato dos espíritos” realiza-se logo com os vocativos que encabeçam o discurso

parlamentar. Ao dirigir-se à Presidência e aos demais deputados em Plenário, o parlamentar que detém a palavra demarca o, digamos assim, “território” de sua fala, como também indica que deseja a atenção e, se possível, se for bem-sucedido, a concordância com seu posicionamento, a adesão dos ouvintes. Semelhantemente, o emprego desses vocativos ao longo do discurso visa a manter um alto grau dessa adesão, privilegiando a relação intersubjetiva que se deve estabelecer, e manter, entre orador e auditório, há pouco explicitada.

Dos textos sob exame, no Disc1, ocorrem os seguintes vocativos:

- Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,... (L1);
- ... Senhores Deputados, ... (L22);
- ... Senhor Presidente, ... (L38).

No Disc2, os vocativos são:

- Senhor Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ... (L1);
- Sras. Deputadas, Srs. Deputados, ... (L18);
- Sr. Presidente (L35 e L45).

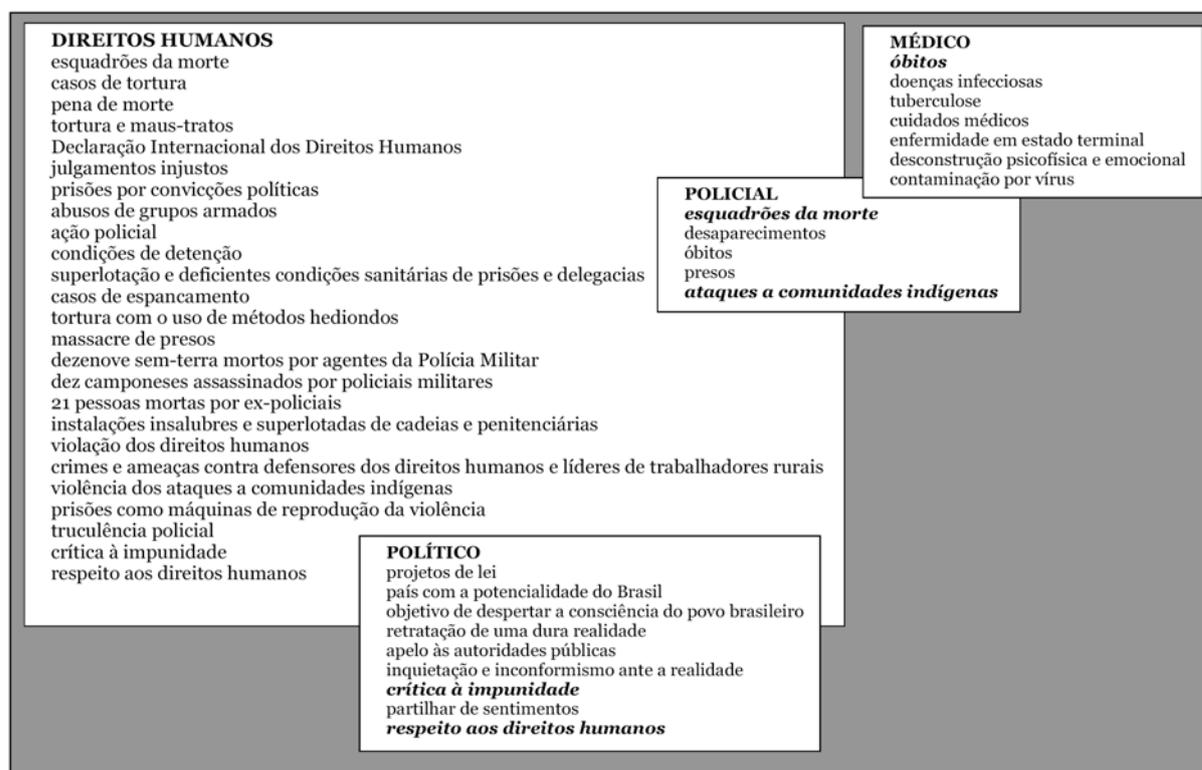
4.5.2 O inter-relacionamento de campos lexicais

Em busca de uma apresentação que tornasse a compreensão mais fluida, em lugar de apenas relacionar os termos e sintagmas pertinentes a cada campo lexical, tendo buscado inspiração em Koch (2002), optei por listá-los separadamente, mas com a representação da presença proporcional de cada um deles em cada um dos discursos analisados. Isso se tornou possível mediante a elaboração das Figuras 3 e 4, que a seguir demonstrarei. Em especial, quanto às estruturas empregadas que podem pertencer a mais de um domínio, indico o compartilhamento pela sobreposição dos quadros e também pela formatação em negrito e itálico dos termos que, a meu ver, são compartilhados pelos campos vocabulares descritos.

É de ressaltar que, em nenhuma hipótese, a ausência de marcação explícita dessa sobreposição lexical, traduz-se em isolamento. Todos os campos lexicais nomeados se conectam aos, ou melhor, interagem com os demais na tessitura textual, pois, é sempre bom lembrar, a decomposição acontece por razões estritamente didáticas, não somente aqui, mas em qualquer estudo em que se empreendam análises.

No Disc1, é possível distinguir como principais⁹ campos lexicais o dos direitos humanos, o político, o médico e o policial, como demonstra a Figura 3:

FIGURA 3 – INTER-RELACIONAMENTO DE CAMPOS LEXICAIS NO Disc1



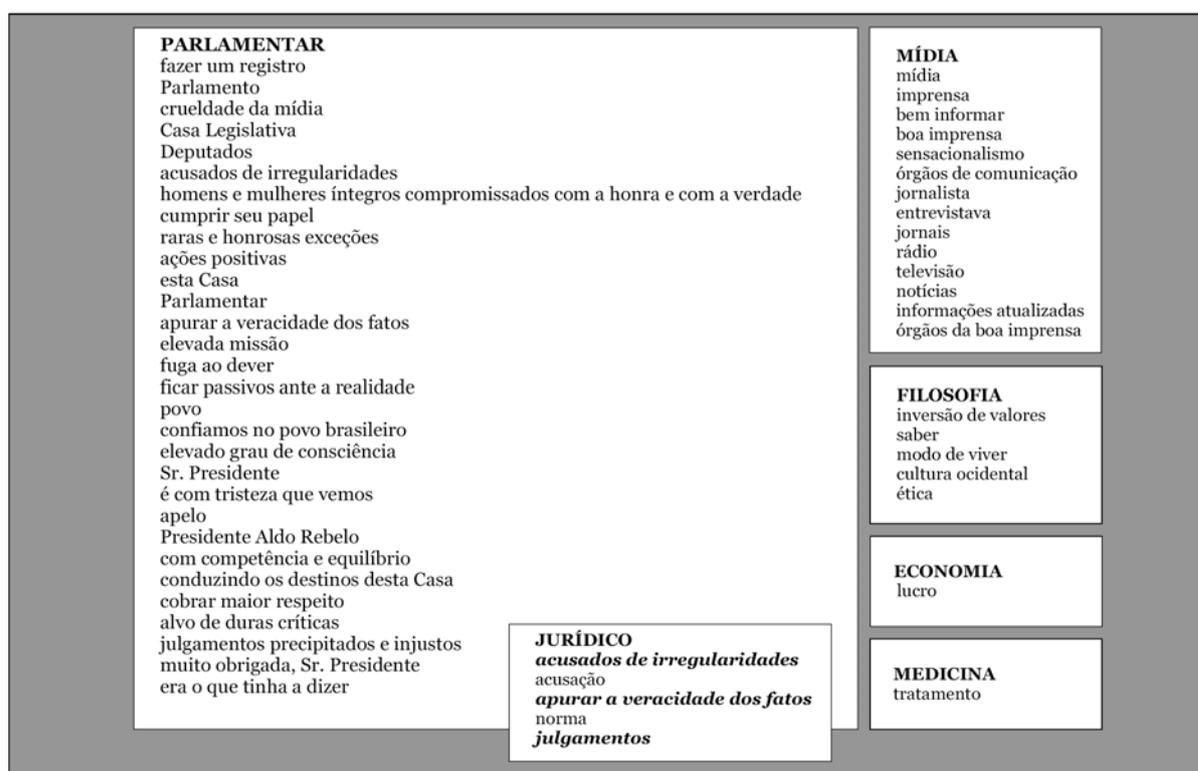
Neste discurso, os campos lexicais de direitos humanos, político e policial, coabitam pacificamente, digamos, dentro das expectativas, pois se a temática são os direitos humanos, há que se falar tanto das situações em que eles são desrespeitados quanto dos responsáveis por isso, e, no foro que é a Câmara dos Deputados, é de

⁹ Chamo a atenção para o fato de que estão destacados os *principais* campos lexicais presentes nos dois textos, o que não impede que sucessivos estudos e releituras dos discursos permitam a identificação de outro(s) campo(s).

esperar que se façam clamores à sociedade brasileira e às autoridades para enfrentar e punir as violações, tudo em nome do respeito à dignidade humana. Uma vez que ataques à integridade física e emocional do indivíduo constituem a própria essência da bandeira desfraldada pelos defensores dos direitos humanos, a superveniência de estruturas lexicais afetas à área médica também não surpreende, a não ser quando, na conclusão do texto, lança-se mão de uma construção metafórica em que um tipo de contaminação é bem-vindo: aquele que inocule *“o vírus da inquietação e do não-conformismo com esse estado de coisas!”* (L44-45). Essa metáfora, ao operar uma ruptura na ordenação quase linear do texto, oferece-lhe reforço inesperado, renovando o vigor da tese defendida em todo o discurso: a de que direitos humanos é tema inegociável que está a clamar urgentes providências.

No Disc2, destacam-se como principais campos lexicais, o parlamentar, o da mídia, o jurídico, o da filosofia, o da economia e o da medicina, como demonstra a Figura 4:

FIGURA 4 – INTER-RELACIONAMENTO DE CAMPOS LEXICAIS NO Disc2



No discurso, o protesto que se ergue contra a dita cruel cobertura da imprensa sobre a idoneidade dos deputados encaminha as escolhas lexicais predominantemente para o campo parlamentar¹⁰. A temática da mídia legitima-se por constituir a imprensa o objeto das reflexões empreendidas no discurso, especialmente quando se abandona a denominação genérica (“imprensa”) para adjetivá-la, traçando uma fronteira imaginária entre a “boa imprensa” e a que não o é. Os campos jurídico e da filosofia impõem-se como valores legítimos, portanto, respeitáveis, em cujos conceitos se embasam críticas ao desempenho dos meios de comunicação de massa.

O léxico característico da economia, ainda que sem destaque, induz a um forte argumento a serviço do orador: questionar se a imprensa, ao menos a que não é boa, não estaria privilegiando vantagens econômicas (*predomínio do lucro* – L25) em detrimento da divulgação de informações acuradas, o que, do ponto de vista ético, é altamente reprovável.

Por fim, destaco o campo lexical da medicina – também discreto – ao se iniciar o pronunciamento chamando a atenção para o “tratamento” dispensado ao Parlamento pela imprensa (L2-3). Ora, sabe-se que um tratamento, do ponto de vista médico, é algo sério e que deve ser seguido, entre outras coisas, em respeito à autoridade que o prescreveu. Uma vez que “reconhece” que a imprensa (=autoridade médica) dispensa um tratamento ao Parlamento (=paciente), o orador admite nos órgãos de comunicação jurisdição e relevância sobre o próprio exercício do mandato parlamentar. Tanto é assim que, ao longo do discurso, trata-se de fazer uma clara separação entre a “boa” imprensa e a sensacionalista, particularizando e valorizando aqueles veículos de comunicação que realizam seu trabalho de modo responsável.

¹⁰ “Campo parlamentar” aqui tomado como hipônimo de “campo político”, dada a especificidade do tema tratado (a Câmara dos Deputados e a imprensa).

Concluído esse ponto, faz-se oportuno inter-relacionar as etapas analíticas realizadas, de maneira que nos preparemos para concluir nossa viagem pelo discurso parlamentar. Nesta estação, em que nos debruçamos sobre a análise dos dados, pudemos acompanhar a decomposição dos dois discursos parlamentares selecionados, em obediência à categorização analítica apresentada. Tal síntese parece abrigar um tom mecanicista, como se os textos tivessem sido submetidos a procedimentos de autópsia, em que se extraem as partes para acondicioná-las, separadamente, em meio glacial. Idéia assaz equivocada sobre questões de linguagem por, pelo menos, quatro razões.

Primeira, texto, como prática discursiva que é, e também parte integrante da prática social, tem papel de grande relevância na compreensão do que está à nossa volta, pois a representação de diferentes visões de mundo, por diferentes atores sociais, é por ele mediada. Segunda, seu trânsito pelas inúmeras ordens discursivas o conecta a outros textos e também a outras atividades pertinentes aos eventos sociais. Terceira, exatamente por incorporar as visões que retrata, obriga-se a apontar para relações sociais de poder e de dominação. Quarta, e última, sua inserção nas práticas discursiva e social pressupõe interação entre os atores sociais, pelo que sua composição não pode prescindir de controvérsias quanto aos modos de representação.

Eis uma outra sugestão de síntese, em caminho absolutamente diverso daquele de consideração estanque há pouco referido. Ao tempo em que a ADC, a teoria de gêneros, a ideologia e a argumentação são chamadas a extrair partes do texto, essas mesmas partes são “reimplantadas” nos mesmos textos, que agora recebem um novo olhar, calcado na harmonização das teorias em prol da construção de sentido.

Essa a reflexão que entendo pertinente para completar nosso roteiro.

Desembarque: CONCLUSÃO

Consciente de que “nenhuma análise de um texto é suficiente para nos esclarecer acerca de tudo que pode ser dito a seu respeito” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 202), quanto às indagações postas para esta pesquisa acerca 1) da eloquência do discurso parlamentar como prática discursiva; 2) de sua relevância como gênero discursivo; e 3) de sua marcação ideológica, julgo que as categorias analíticas levantadas balizaram eficientemente as respostas encontradas.

De acordo com o detalhamento apresentado ao longo do trabalho, quanto ao primeiro quesito, por intermédio dos significados acional, representacional e identificacional, propostos por Fairclough (2003), a análise dos dados permitiu correlacioná-los, respectivamente, à intertextualidade, à interdiscursividade e à modalidade, revelando que o enquadre de vozes, a dialogia interdiscursiva e o nível de envolvimento dos produtores fazem do discurso parlamentar uma significativa prática discursiva no contexto sócio-histórico em que está inserida.

No segundo quesito, em conformidade com Bazerman (2005), o enquadramento como gênero discursivo passou inevitavelmente pela conexão do discurso parlamentar à rede de gêneros circulantes na Câmara, apontando para além da questão meramente formal, pois o gênero discursivo *discurso parlamentar* materializa-se nas práticas sociais peculiares à Câmara e, como tal, é de grande relevância na ordem discursiva da instituição.

No terceiro e último quesito, a explicitação de algumas das estratégias de construção simbólica da ideologia de Thompson (2002) revelou, quanto aos discursos analisados, a reprodução da idéia hegemônica de “senso comum” nas representações efetuadas, pelo que sua construção, operacionalizada pela linguagem, embasou a manutenção das relações de dominação vigentes.

Como Consultora Legislativa da Área de Redação e Discurso Parlamentar da Câmara dos Deputados, condição que preferi revelar apenas neste momento, foi extremamente interessante perceber, ante o cotejo teórico-analítico aqui empreendido, a aplicação dos postulados da Análise de Discurso Crítica (ADC) ao meu objeto de trabalho cotidiano, afinal, um texto compreende muito mais do que a mera reunião de estruturas lingüísticas, o que se reforça mediante a análise aqui realizada.

Voltando ao conceito de “fortalecimento” em pesquisas sociais, com as devidas ressalvas já destacadas em outro ponto do trabalho, para além das críticas que se têm levantado contra ele, no que se refere ao presente estudo, creio poder distinguir um caráter fortalecedor em dois aspectos: 1º) quanto à construção de conhecimento – evidentemente com o generoso suporte das teorias aqui abordadas, especialmente a ADC – na específica área do discurso parlamentar, tema de bibliografia extremamente escassa, em ambos níveis acadêmico e técnico; e 2º) quanto à comprovação de que o emprego das estruturas lingüísticas não se configura neutro, embora possa ser inconsciente.

Em paralelo ao conceito tradicional de fortalecimento, no que se refere à minha proposta de ampliação conceitual, entendo que, em última instância, se este trabalho não puder ser classificado como fortalecedor, seu resultado o é de modo inegável.

Tendo em vista que, “apesar das dificuldades, vale a pena perseguir objetivos fortalecedores” (CAMERON *et al.*, 1992, p. 138), se a intenção é promover uma abordagem de fato crítica do discurso, impõe-se a consideração não apenas dos processos lingüísticos e sociais de produção textual, mas igualmente dos processos socioculturais em que o grupo social, pela mediação dos textos, cria significados.

Assim, e considerando que às funções sociais da língua, entre seus significados potenciais, corresponderão as escolhas dos falantes, cuja avaliação se submete às condições do contexto comunicativo, não há como desprezar a relação dialética existente entre as estruturas lingüística e social, uma vez que a realidade molda a língua e é por ela moldada.

Quanto ao discurso político, no dizer de Norman Fairclough (1995a, p. 182):

O poder do discurso político depende de sua capacidade de constituir e mobilizar as forças sociais capazes de levar para a vida real suas promessas de uma nova realidade, em sua genuína formulação dessa nova realidade.

Com a plena convicção de que um texto é uma unidade de língua em uso, quanto aos dois discursos parlamentares aqui analisados, espero ter aclarado sua contextualização na ordem discursiva da Câmara Federal, como exemplares de não apenas mais um gênero discursivo entre as centenas ali circulantes, ou os milhares existentes na nossa sociedade, mas, com tudo o mais que isso implica, especialmente, o papel de instrumentos de exercício de poder, contrariando a posição stalinista – resumida na introdução deste trabalho – pela neutralidade da estruturação lingüística.

Chegamos ao fim de nossa viagem pelo discurso parlamentar. Para os dois exemplares selecionados, as questões de eloqüência na representação de visões de

mundo, relevância para a ordem discursiva institucional e marcação ideológica na sustentação de relações de dominação foram comprovadas à vista das análises realizadas.

Embora, por questões metodológicas, esse resultado positivo não permita generalizações, arrisco-me a dizer que ele, no mínimo, aponta para o prolífico campo de investigações que é a fala de nossos representantes políticos – especificamente em um dos fóruns em que eles desenvolvem suas atividades –, aos quais delegamos o poder de decisão dos destinos do País, em última instância, da nossa própria vida.

**Franquia de bagagem:
REFERÊNCIAS**

ALTHUSSER, L. Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado: notas para uma investigação. In: ŽIŽEK, S. (Org.) *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: _____. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003, pp. 261-306.

_____. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Orgs.) *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

BAUER, M. W.; GASKELL, G.; ALLUM, N. C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento: evitando confusões. In: BAUER, M.W.; GASKELL, G. (Orgs.) *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2004, pp. 17-36.

BAZERMAN, C. Atos de fala, gêneros textuais e sistemas de atividades: como os textos organizam atividades e pessoas. In: _____. *Gêneros textuais, tipificação e interação*. São Paulo: Cortez, 2005, pp. 19-46.

BOURDIEU, P. Linguagem e poder simbólico. In: _____. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 1996, pp. 79-126.

_____. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 1996.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Manual de Redação*. Brasília: Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Publicações, 2004.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Normas de elaboração dos trabalhos da Assessoria Legislativa da Câmara dos Deputados*. Brasília: Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Publicações, 1990.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Regimento Interno da Câmara dos Deputados*. 6. ed. Brasília: Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Publicações, 2003.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Resolução nº 25, de 10 de outubro de 2001*. Brasília: Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Publicações.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Resolução nº 28, de 20 de maio de 1998*. Brasília: Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Publicações.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Resolução nº 48, de 26 de agosto de 1993*. Brasília: Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Publicações.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Resolução nº 24, de 29 de junho de 1979*. Brasília: Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Publicações.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Resolução nº 20, de 30 de novembro de 1971*. Brasília: Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Publicações.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO, 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 23. ed. Brasília: Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Publicações, 2000.

CAMERON, D.; FRAZER, E.; HARVEY, P.; RAMPTON, M. B. H.; RICHARDSON, K. *Researching language: issues of power and method*. Londres: Routledge, 1992.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis*. Edimburgo: Edinburgh University Press, 1999.

CORRÊA, E. M. L.; CONCEIÇÃO, A.; BÔAS FILHO, W. V. *Manual de elaboração legislativa*. 4. ed. rev. amp. Brasília: Centro de Documentação e Informação, 2002.

EAGLETON, T. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Unesp/Boitempo, 1997.

FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. Londres: Routledge, 2003.

_____. *Discurso e mudança social*. Brasília: UnB, 2001.

_____. *New Labour, new language?* Londres: Routledge, 2000.

_____. *Media discourse*. Londres: Arnold, 1995a.

_____. *Critical discourse analysis*. Londres: Longman, 1995b.

_____. *Discourse and social change*. Cambridge: Polity Press, 1992.

_____. *Language and power*. Londres: Longman, 1989.

FLICK, U. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

GILL, R. Análise de discurso. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Orgs.) *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 244-270.

GNERRE, M. *Linguagem, escrita e poder*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

HALLIDAY, M. A. K. As bases funcionais da linguagem. In: DASCAL, M. (Org.) *Concepções gerais da teoria lingüística*. São Paulo: Global, 1978, pp. 125-160.

_____. Estrutura e função da linguagem. In: LYONS, J. (Org.) *Novos horizontes em lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1976, pp. 134-160.

HALLIDAY, T. L. (Org.) *Atos retóricos*. Mensagens estratégicas de políticos e igrejas. São Paulo: Summus, 1988.

HEMAIS, B.; BIASI-RODRIGUES, B. A proposta sócio-retórica de John M. Swales para o estudo de gêneros textuais. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Org.) *Gêneros*. Teorias, métodos, debates. São Paulo: Parábola, 2005, pp. 108-129.

KOCH, I. G. V. *Argumentação e linguagem*. 7. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *Introdução à Lingüística Textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

KRESS, G.; van LEEUWEN, T. *Reading images: the grammar of visual design*. Londres: Routledge, 1996.

MANELI, M. *A Nova Retórica de Perelman: filosofia e metodologia para o século XXI*. São Paulo: Manole, 2004.

MEY, J. L. *Pragmatics: an introduction*. 2. ed. Londres: Blackwell Publishers, 2001.

MONTEIRO, C. S. *Teoria da argumentação jurídica e nova Retórica*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

PACHECO, L. B.; MENDES, P. R. *Questões sobre processo legislativo e Regimento Interno*. 2. ed. Brasília: Centro de Documentação e Informação, 2002.

PAIVA, C. G. *Discurso parlamentar: bases para elaboração ou como é que se começa?* Brasília: Aslegis, 2004.

_____. Tortura. In: _____. *Discurso parlamentar: bases para elaboração ou como é que se começa?* Brasília: Aslegis, 2004, pp. 47-48.

PEDRO, E. R. Análise crítica do discurso: aspectos teóricos, metodológicos e analíticos. In: _____. (Org.) *Análise crítica do discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional*. Lisboa: Caminho, 1997, pp. 19-46.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação: a nova Retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

REBOUL, O. *Introdução à retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SWALES, J. M. *Genre analysis: English in academic and research settings*. New York: Cambridge University Press, 1990.

THOMPSON, J. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

VANOYE, F. *Usos da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

VIEIRA, J. A.; SILVA, D. E. G. (Orgs.) *Práticas de análise do discurso*. Brasília: Plano, 2003.

_____. *Análise do discurso: percursos teóricos e metodológicos*. Brasília: Plano, 2002.

VOGT, C. Linguagem, língua e poder. In: _____. *Linguagem, pragmática e ideologia*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1989, pp. 77-90.

Site:

www.camara.gov.br . Acessos em 10/06/2005, 07/11/2005, 06/02/2006.